



Relatório de Gestão Consolidado

Ano Económico 2022

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO ANO ECONÓMICO DE 2022

	Pág.
1. INTRODUÇÃO	4
2. ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	5
3. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS	8
3.1 Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental	9
3.2 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza	11
4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	13
4.1 Balanço Consolidado	14
4.2 Demonstração de Resultados Consolidada	17
4.3 Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada	19
4.4 Demonstração das Alterações no Património Líquido Consolidado	22
4.5 Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	24
Nota 1 - Identificação das entidades, período de relato e referencial contabilístico	25
Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	30
Nota 3 - Ativos Intangíveis	35
Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente	37
Nota 5 - Ativos Fixos Tangíveis	38
Nota 6 - Locações	40
Nota 7 - Custos de empréstimos obtidos e financiamentos obtidos	40
Nota 8 - Propriedades de Investimento	41
Nota 9 - Imparidade de ativos	42
Nota 10 - Inventários	42
Nota 11 - Agricultura	43
Nota 12 - Contratos de construção	43
Nota 13 - Rendimentos de transações com contraprestação	43
Nota 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação	44
Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	45
Nota 16 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio	46
Nota 17 - Acontecimentos após data de Balanço	46
Nota 18 - Instrumentos financeiros	46
Nota 19 - Benefícios dos empregados	46
Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas	47
Nota 21 - Relato por segmentos	48
Nota 22 - Outra informação considerada relevante	48
22.1 - Contabilização do contrato de arrendamento da NEOFUTUR, S.A.	48
22.2 - Devedores e credores por transferência, subsídios e empréstimos bonificados	50

	Pág.
22.3 - Clientes	51
22.4 - Diferimentos	51
22.5 - Fornecedores	52
22.6 - Estado e Outros Entes Públicos	52
22.7 - Outras Contas a Pagar	53
22.8 - Outras Contas a Receber	53
22.9 - Património Líquido	54
22.10 - Impostos, contribuições e taxas	54
22.11 - Vendas e Prestações de serviços	55
22.12 - Transferências e subsídios correntes obtidos	55
22.13 - Outros rendimentos	55
22.14 - Transferências e subsídios correntes concedidas	56
22.15 - Fornecimentos e serviços externos	56
22.16 - Outros gastos	56
22.17 - Resultados entre Rendimentos e Gastos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	57
22.18 - Resultados Financeiros	57
5. CONTABILIDADE DE GESTÃO	58
ANEXOS	60
ENCERRAMENTO	
MAPAS DE CONSOLIDAÇÃO	

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO ANO ECONÓMICO DE 2022

1. INTRODUÇÃO

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro aprovou o novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), revogando a anterior Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro).

O n.º1 do artigo 75º daquela lei prevê que os municípios que detenham entidades participadas, dentro do perímetro de consolidação terão que apresentar contas consolidadas. Nos termos do n.º 6 do mesmo artigo integram o perímetro de consolidação as empresas locais que pertencem ao sector empresarial local do município, independentemente do grau de participação.

A elaboração das demonstrações financeiras que compõem a consolidação de contas seguem as instruções constantes da Orientação nº 1/2010 – “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, aprovada pela Portaria nº 474/2010, de 1 de julho, a qual estabeleceu um conjunto de princípios orientadores e requisitos mínimos que devem estar subjacentes à consolidação de contas das entidades integradas no sector público administrativo.

Nestes termos, a Câmara Municipal apresenta as contas consolidadas com o grupo autárquico, conforme o artigo 75º e n.º 2 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro- RFALEI, conjugado com a alínea i) do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que “estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico”, e o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado de 2019, passam a vigorar Normas de Contabilidade Pública (NCP), estabelecendo-se o normativo de consolidação de contas financeiro NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas.

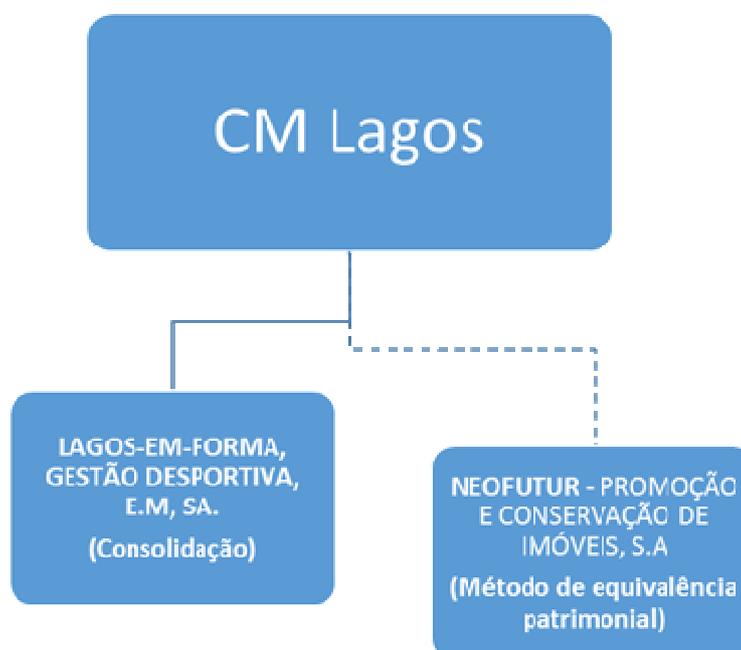
Os documentos referem-se ao ano económico de 2022 e apresentam as contas consolidadas com o grupo autárquico de forma a complementar a informação prestada nas contas individuais.

Nestes termos o perímetro de consolidação do Município de Lagos apenas engloba a empresa local LAGOS em FORMA - Gestão Desportiva, E.M, S.A., detida diretamente a 100%.

As contas consolidadas foram auditadas e certificadas por um revisor oficial de contas.

Lagos, 21 de junho de 2023

2. ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO



No quadro seguinte apresentam-se as entidades nas quais a Câmara Municipal detém uma participação financeira, evidenciando-se a percentagem de participação e aquelas onde existe uma relação de domínio.

Designação	Tipo de entidade	Percentagem de participação na entidade ou direitos na distribuição de lucros/direitos patrimoniais	Relação de domínio	Integração nas demonstrações financeiras consolidadas
LAGOS-EM-FORMA, GESTÃO DESPORTIVA, E.M, SA.	Empresa Municipal	100%	Existe	Consolida
NEOFUTUR - PROMOÇÃO E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS, S.A	Empresa	49%	Não	MEP
TERRAS DO INFANTE – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS	Associação de Municípios	N/A – não existe influência significativa nos termos da NCP 23	Não	Custo
CENTRO CIÊNCIA VIVA DE LAGOS	Outros	N/A – não existe influência significativa nos termos da NCP 23	Não	Custo
ÁGUAS DO ALGARVE, SA	Empresa	N/A – não existe influência significativa nos termos da NCP 23	Não	Custo
ALGAR,SA	Empresa	N/A – não existe influência significativa nos termos da NCP 23	Não	Custo

LAGOS-EM-FORMA, Gestão Desportiva, E.M, S.A

A LAGOS em FORMA – Gestão Desportiva, EM, SA foi criada em 4 de Setembro de 2006 e é detida a 100% pelo Município de Lagos.

O atual objeto social da empresa, formalmente aprovado pela Deliberação n.º63/AM/2015 da Assembleia Municipal de Lagos tomada na sessão ordinária de junho de 2015, reunião de 06/07/2015, passou a ser o seguinte:

1. Gestão de serviços de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, tal como definido no Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, acompanhando e executando as políticas de desenvolvimento territorial do Município de Lagos, com vista ao crescimento e reforço da coesão da economia local e regional, compreendendo as seguintes atividades:
 - a) Promoção, gestão, exploração e conservação de equipamentos coletivos e de lazer pertencentes ou sob a sua administração, seja a que título for, ao Município de Lagos;
 - b) Organização de atividades, ações de formação e eventos nas áreas do lazer e do desporto;
 - c) Gestão do serviço de estacionamento público no Município de Lagos, designadamente a promoção, exploração, fiscalização e manutenção de locais de estacionamento.
2. As atividades descritas no número anterior podem compreender a promoção, ampliação, renovação e manutenção das instalações e equipamentos, desde que tal seja expressamente autorizado ou cometido pela tutela.
3. Acessoriamente a Empresa Local poderá exercer outras atividades relacionadas com o seu objeto social.

Cabe ainda à LAGOS em FORMA – Gestão Desportiva, EM, SA a organização de atividades, ações de formação e eventos nas áreas do lazer e do desporto, a gestão do serviço de estacionamento público no Município de Lagos, designadamente a promoção, exploração, fiscalização e manutenção de locais de estabelecimento público.

Para além das atribuições resultantes do seu objeto social a LAGOS em FORMA – Gestão Desportiva, EM, SA, tem como missão:

- A Gestão e exploração dos equipamentos desportivos municipais, bem como aqueles que ao município estão ou venham a estar confiados, ao abrigo de contratos-programa estabelecidos ou a estabelecer, tal como assumir as ações necessárias à manutenção, reabilitação e requalificação desses espaços;
- Fomentar a atividade física através de um serviço público acessível, diversificado e qualificado;

-
- Desenvolver e criar os meios e condições necessários aos clubes desportivos, associações e instituições da sociedade civil, na prossecução dos seus objetivos específicos;
 - Promover as instalações desportivas municipais e demais serviços da LAGOS-EM-FORMA no mercado global;
 - Garantir uma gestão rigorosa e eficiente dos seus recursos.

Conforme estratégia definida pela tutela, que decorreu da deliberação da Câmara Municipal na reunião realizada no dia 17 de junho de 2015 e da Assembleia Municipal de Lagos, na sessão ordinária de junho, esta empresa local, no início de outubro de 2015, passou a integrar as atividades de gestão dos estacionamento tarifados e parques de estacionamento cobertos da cidade de Lagos, atividade que vinha sendo desenvolvida pela FUTURLAGOS, Empresa Local para o Desenvolvimento, E.M, S.A..

A partir da mesma data, o pessoal afeto a esta atividade na empresa local FUTURLAGOS transitou para esta empresa local, iniciando também a sua colaboração mais dois funcionários para apoio nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (ZEDL).

Em 2016 foi aprovado, na sessão ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal de Lagos (Deliberação n.º 17/AM/2016), o contrato – programa entre o Município de Lagos e a Lagos – em – Forma – Gestão Desportiva, E.M., S. A., para a gestão do estacionamento tarifado e dos parques de estacionamento cobertos de Lagos.

3. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

3.1 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

3.1 — Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Consolidado							
Rubrica	RECEBIMENTOS	2022	2021	Rubrica	PAGAMENTOS	2022	2021
	Saldo de gerência anterior	32 518 524,96	35 308 085,59				
	Operações orçamentais [1]	32 477 957,37	35 262 588,83				
	Restituição do saldo oper. orçamentais						
	Operações de tesouraria [A]	40 567,59	45 496,76				
	Receita corrente	73 413 174,58	55 900 292,17		Despesa corrente	49 980 713,38	44 347 598,30
R1	Receita fiscal	49 058 425,17	35 165 220,53	D1	Despesas com o pessoal	17 848 393,65	16 595 154,32
R1.1	Impostos diretos	49 058 425,17	35 165 220,53	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	13 329 513,07	12 496 236,64
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	552 346,98	369 836,07
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D1.3	Segurança social	3 966 533,60	3 729 081,61
R3	Taxas, multas e outras penalidades	4 415 201,96	3 657 733,16	D2	Aquisição de bens e serviços	24 093 049,97	21 319 118,70
R4	Rendimentos de propriedade	545 759,26	125 444,87	D3	Juros e outros encargos	66 752,50	54 551,14
R5	Transferências Correntes	8 818 253,24	7 919 938,78	D4	Transferências e subsídios correntes	5 874 553,64	5 113 130,62
R5.1	Administrações Públicas	7 555 564,09	6 988 309,06	D4.1	Administrações Públicas	1 673 175,63	1 537 074,26
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	6 028 949,40	4 081 634,47	D4.1.1	Administração Central - Estado Português	788 950,85	683 617,97
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	1 512 338,05	2 894 763,39	D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	14 276,64	11 911,20	D4.1.5	Administração Local	884 224,78	853 456,29
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	3 559 816,98	2 858 575,02
R5.1.3	Outras	1 262 689,15	931 629,72	D4.1.3	Famílias	365 294,94	314 602,04
R6	Venda de bens e serviços	10 197 935,43	8 972 094,34	D4.1.4	Outras	276 266,09	402 879,30
R7	Outras receitas correntes	377 599,52	59 860,49	D4.2	Subsídios correntes	103 118,73	111 049,56
	Receita de capital	3 785 156,29	3 603 577,04	D5	Outras despesas correntes	1 994 844,89	1 154 593,96
R8	Venda de bens de investimento	59 463,93	6 810,56		Despesa de capital	11 584 933,32	16 864 005,82
R9	Transferências e Subsídios de Capital	2 773 055,18	2 927 272,22	D6	Aquisição de bens de capital	10 118 469,90	15 233 058,75
R9.1	Transferências de Capital	2 773 055,18	2 927 272,22	D7	Transferências e subsídios de capital	1 386 832,85	1 565 297,28
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2 673 179,98	2 924 576,22	D7.1.1	Administrações Públicas	59 893,00	165 800,70
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	99 875,20	2 696,00	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	59 893,00	134 477,70
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	0,00	31 323,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	594 672,73	348 158,74
R10	Outras receitas de capital	952 637,18	669 494,26	D7.1.3	Famílias	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	10 421,15	38 778,09	D7.1.4	Outras	732 267,12	1 051 337,84
	Receita efetiva [2]	77 208 752,02	59 542 647,30	D8	Outras despesas de capital	79 630,57	65 649,79
	Receita não efetiva [3]	22 822,24	0,00		Despesa efetiva [5]	61 565 646,70	61 211 604,12
R12	Receita com ativos financeiros	22 822,24	0,00		Despesa não efetiva [6]	1 001 950,28	1 115 674,64
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
				D10	Despesa com passivos financeiros	1 001 950,28	1 115 674,64
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	109 709 531,26	94 805 236,13		Soma [7]=[5]+[6]	62 567 596,98	62 327 278,76
	Operações de tesouraria [B]	75 104,47	157 252,37		Operações de tesouraria [C]	49 185,53	162 181,54
					Saldo para a gerência seguinte	47 208 421,18	32 518 524,96
					Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	47 141 934,65	32 477 957,37
					Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	66 486,53	40 567,59
					Saldo global [2] - [5]	15 643 105,32	-1 668 956,82
					Despesa primária	61 498 894,20	61 157 052,98
					Saldo corrente	23 432 461,20	11 552 693,87
					Saldo de capital	-7 799 777,03	-13 260 428,78
					Saldo primário	15 709 857,82	-1 614 405,68
					Receita total [1] + [2] + [3]	109 709 531,63	94 805 236,13
					Despesa total [5] + [6]	62 567 596,98	62 327 278,76

3.2 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

3.2 — Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Consolidado							
Rubrica	RECEBIMENTOS	2022	2021	Rubrica	PAGAMENTOS	2022	2021
	Receita corrente	3 119 001,19	3 531 781,42		Despesa corrente	226 809,94	203 627,15
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	D1	Despesas com o pessoal	223 258,13	196 089,82
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	186 197,12	188 044,34
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	8 082,35	8 045,48
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D1.3	Segurança social	28 978,66	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	442 732,42	512 820,71	D2	Aquisição de bens e serviços	3 551,81	7 537,33
R4	Rendimentos de propriedade	23 857,06	0,00	D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00
R5	Transferências Correntes	1 074 157,27	1 123 272,30	D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00
R5.1	Administrações Públicas	756 775,28	812 729,04	D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	753 544,08	773 175,98	D4.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	39 553,06	D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	3 231,20	0,00	D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	317 381,99	310 543,26	D4.1.3	Famílias	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	1 577 909,24	1 895 453,91	D4.1.4	Outras	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	345,20	234,50	D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00
	Receita de capital	2 695 560,60	4 983 854,80	D5	Outras despesas correntes	0,00	0,00
R8	Venda de bens de investimento	21,64	21,64		Despesa de capital	4 050,00	11 246,21
R9	Transferências e Subsídios de Capital	2 208 699,50	4 043 345,37	D6	Aquisição de bens de capital	0,00	11 246,21
R9.1	Transferências de Capital	2 208 699,50	4 043 345,37	D7	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2 208 699,50	3 959 845,37	D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	83 500,00	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	486 188,37	939 836,70	D7.1.3	Famílias	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	651,09	651,09	D7.1.4	Outras	0,00	0,00
	Receita efetiva [2]	5 814 561,79	8 515 636,22	D8	Outras despesas de capital	4 050,00	0,00
	Receita não efetiva [3]	1 647,26	0,00		Despesa efetiva [5]	230 859,94	214 873,36
R12	Receita com ativos financeiros	1 647,26	0,00		Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
	Receita total [4]=[1]+[2]+[3]	5 816 209,05	8 515 636,22	D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
					Despesa total [7]=[5]+[6]	230 859,94	214 873,36

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

4.1 BALANÇO CONSOLIDADO

Balanco Consolidado 31 de dezembro de 2022		Exercicio	
RUBRICAS	NOTAS	31-12-2022	31-12-2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	234 824 875,15	232 977 787,23
Propriedades de investimento	8	6 269 963,31	5 839 998,73
Ativos intangíveis	3	464 689,82	609 986,86
Ativos biológicos		-	-
Participações financeiras	18/20	3 196 280,62	3 116 328,09
Devedores por empréstimos bonif. e subsídios reembolsáveis	22.2	164,92	164,92
Acionistas/sócios/associados		-	-
Diferimentos		-	-
Outros ativos financeiros		12 703,59	9 493,68
Ativos por impostos diferidos		-	141 309,07
Cientes, contribuintes e utentes		-	-
Outras contas a receber		-	-
		244 768 677,41	243 972 359,16
Ativo corrente			
Inventários	10	605 844,40	614 590,67
Ativos biológicos		-	-
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	22.2	3 282 856,77	5 166 617,67
Devedores por empréstimos bonif. e subsídios reembolsáveis		-	-
Cientes, contribuintes e utentes	22.3	895 781,51	1 080 367,29
Estado e outros entes públicos	22.6	189 278,53	2 430,30
Acionistas/sócios/associados		-	-
Outras contas a receber	22.8	16 267 790,92	20 008 421,70
Diferimentos	22.4	323 296,82	77 134,76
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos não correntes detidos para venda		-	-
Caixa e depósitos	1.3	48 109 505,74	32 838 481,39
		69 674 354,69	59 788 043,78
Total Ativo		314 443 032,10	302 483 112,36
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		138 441 811,85	138 441 811,85
Ações (quotas) próprias		-	-
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Prémios de emissão		-	-
Reservas		12 097 518,79	11 099 840,48
Resultados transitados		93 306 980,19	74 513 131,80
Ajustamentos em ativos financeiros		2 099 789,97	1 875 268,71
Excedentes de revalorização		-	-
Outras variações no Património Líquido		29 488 250,12	28 149 097,06
Resultado líquido do período	22.9	13 140 196,32	19 941 346,86
Dividendos antecipados		-	-
Interesses que não controlam		-	-
Total Património Líquido		288 574 547,24	274 020 496,76
Passivo não corrente			
Provisões	15	239 852,21	88 085,32
Financiamentos obtidos	7	8 233 801,75	3 337 366,44
Fornecedores de investimentos		-	-
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-
Diferimentos		-	-
Passivos por impostos diferidos		-	-
Fornecedores		-	-
Outras contas a pagar	22.7	5 600 399,49	6 916 559,26
		14 074 053,45	10 342 011,02

Balço Consolidado 31 de dezembro de 2022		Exercício	
RUBRICAS	NOTAS	31-12-2022	31-12-2021
Passivo corrente		-	-
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	22.2	-	-
Fornecedores	22.5	75 897,20	112 459,82
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	22.4	45 471,50	45 471,50
Estado e outros entes públicos	22.6	529 697,59	1 094 564,87
Acionistas/sócios/associados		-	-
Financiamentos obtidos	7	1 008 356,31	708 587,81
Fornecedores de investimentos		-	-
Outras contas a pagar	22.7	7 625 261,13	13 607 365,54
Diferimentos	22.4	2 509 747,68	2 552 155,04
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
		11 794 431,41	18 120 604,58
		25 868 484,86	28 462 615,60
Total Passivo			
Total Património Líquido e Passivo		314 443 032,10	302 483 112,36

ORGÃO EXECUTIVO

Em 21 de Junho de 2023



ORGÃO DELIBERATIVO

Em 26 de Junho de 2023







4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Demonstração de resultados consolidado por natureza do período findo em 31 de Dezembro de 2022			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Consolidado	
		PERÍODO	
		31/12/2022	31/12/2021
Impostos, contribuições e taxas	22.10	52 796 827,38	42 624 694,20
Vendas	22.11	4 787 284,46	4 233 356,83
Prestações de serviços e concessões	22.11	5 930 885,17	5 413 821,02
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	22.17	515 344,19	259 877,93
Transferências e subsídios correntes obtidos	22.12	8 800 558,22	8 665 928,47
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-3 556 094,19	-4 167 012,48
Fornecimentos e serviços externos	22.15	-19 409 078,85	-18 546 791,83
Gastos com pessoal	19	-19 380 933,38	-17 523 788,72
Transferências e subsídios concedidos	22.14	-6 325 322,72	-5 386 738,57
Prestações sociais	22.14	-12 724,84	-8 568,42
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9	-47 908,49	-171 354,38
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	210 791,03	-360 312,59
Provisões (aumentos/reduções)	15	-151 766,89	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	22.13	3 287 969,62	16 840 547,29
Outros gastos	22.16	-6 519 467,52	-5 031 664,45
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		20 926 363,19	26 841 994,30
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5/8	-7 250 394,32	-6 950 198,00
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		13 675 968,87	19 891 796,30
Juros e rendimentos similares obtidos	22.18	0,00	51,38
Juros e gastos similares suportados	22.18	-386 268,21	-7 319,37
Resultado antes de impostos		13 289 700,66	19 884 528,31
Imposto sobre o rendimento		-149 504,34	56 818,55
Resultado líquido do período		13 140 196,32	19 941 346,86
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
		13 140 196,32	19 941 346,86

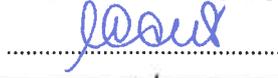
ORGÃO EXECUTIVO

Em 21 de Junho de 2023



ORGÃO DELIBERATIVO

Em 26 de Junho de 2023







4.3 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS CAIXA CONSOLIDADA

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado em 31 de Dezembro de 2022

Valores em €

Rubricas	Notas	Períodos	
		31-12-2022	31-12-2021
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		12 162 889,14	10 448 580,53
Recebimentos de contribuintes		49 058 425,17	35 165 220,53
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		8 715 134,51	7 808 889,22
Recebimentos de utentes		100 994,18	-
Pagamentos a fornecedores		- 22 996 791,23	- 20 267 712,21
Pagamentos ao pessoal		- 12 005 799,39	- 11 092 669,72
Pagamentos a contribuintes / Utes			
Pagamentos de transferências e subsídios		- 6 469 869,34	- 6 009 647,36
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		28 564 983,04	16 052 660,99
Recebimento do imposto sobre o rendimento		- 8 195,27	- 110,07
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		4 993 698,02	4 434 284,99
Outros pagamentos		- 19 416 293,03	- 22 812 869,88
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		14 134 192,76	- 2 326 033,97
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 1 744 375,76	- 2 784 996,57
Ativos intangíveis		- 47 783,63	- 198 975,51
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		59 463,93	6 810,56
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		78 774,89	125 340,45
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		2 961 998,04	2 831 721,67
Transferências de capital		380 009,01	549 198,88
Juros e rendimentos similares		-	104,42
Dividendos		466 984,37	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		2 155 070,85	529 203,90
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	300 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado em 31 de Dezembro de 2022	Valores em €
---	---------------------

Rubricas	Notas	Períodos	
		31-12-2022	31-12-2021
Financiamentos obtidos		- 1 001 950,28	- 1 011 570,33
Juros e gastos similares		- 39 111,22	- 19 210,13
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		- 1 041 061,50	- 730 780,46
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		15 271 024,35	- 2 527 610,53
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		32 838 481,39	35 366 091,92
Caixa e seus equivalentes no fim do período		48 109 505,74	32 838 481,39

CONSOLIDAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no fim do período		32 838 481,39	35 366 091,92
- Equivalentes a caixa no início do período		- 4 261 851,94	- 4 390 721,09
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		4 261 851,94	4 390 721,09
- Variações cambiais de caixa no início do período			
=saldo de gerência anterior		32 838 481,39	35 366 091,92
De execução orçamental		32 477 957,37	35 262 588,83
De operações de tesouraria		40 567,59	45 496,76
Caixa e seus equivalentes no fim do período		48 109 505,74	32 838 481,39
- Equivalentes a caixa no fim do período		- 6 020 554,48	- 4 261 851,94
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		6 020 554,48	4 261 851,94
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
=saldo de gerência seguinte		48 109 505,74	32 838 481,39
De execução orçamental		47 141 934,65	32 477 957,37
De operações de tesouraria		66 486,53	40 567,59

ORGÃO EXECUTIVO

Em 21 de Junho de 2023

.....







ORGÃO DELIBERATIVO

Em 26 de Junho de 2023

.....




4.4 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Demonstração das Alterações no Património Líquido Consolidado

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	1	138 441 812	0	0	0	11 099 840	0	74 513 132	1 875 269	0	28 149 097	19 941 347	274 020 497		274 020 497
Alterações do período:															
Primeira adopção do referencial contabilístico		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alterações de políticas contabilísticas		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diferenças de conversão de dem.financieiras		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Realização do exced.revalor.AFT e AI		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exced.revalor.AFT e AI e respectivas variações		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências e subsídios de capital		0	0	0	0	0	0	0	0	0	746 896	0	746 896	0	746 896
Correção de erros materiais		0	0	0	0	0	0	44 265	17 293	0	0	0	61 558	0	61 558
Outras alterações/Transferência Resultados Exerc. Anterior		0	0	0	0	0	0	19 747 262	207 228	0	592 257	-19 941 347	605 400	0	605 400
	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	3	0	0	0	0	0	0	19 791 527	224 521	0	1 339 153	-19 941 347	1 413 854	0	1 413 854
Resultado líquido do período	3											13 140 196	13 140 196		13 140 196
Resultado integral	4=2+3											-6 801 151	14 554 050	0	14 554 050
Operações com detentores de CP:															
Realizações de capital/património															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações		0	0	0	0	997 678	0	-997 678	0	0	0	0	0	0	0
Subscrições de prémios de emissão		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	5	0	0	0	0	997 678	0	-997 678	0	0	0	0	1 413 854	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	6=1+2+3+5	22.9	138 441 812	0	0	12 097 519	0	93 306 980	2 099 790	0	29 488 250	13 140 196	288 574 547	0	288 574 547

ORGÃO EXECUTIVO

Em 21 de Junho de 2023

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 26 de Junho de 2023

[Handwritten signature in blue ink]

4.5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 1 - Identificação das entidades, período de relato, referencial contabilístico

1.1 - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Tipo de Entidade	Denominação	Sede	Percentagem de detenção de capital	Motivo de inclusão na consolidação
Entidade consolidante	Câmara Municipal de Lagos	Paços do Concelho Sec. XXI, Praça do Município, 8600 – 293 Lagos	Não aplicável	Lei nº 73/2013 - Autarquia local
Entidade consolidada	Lagos – Em – Forma – Gestão Desportiva, E.M, S.A	Complexo Desportivo Municipal 8600-324 Lagos	100%	Lei nº 73/2013 – Empresa Local detida a 100%

- Número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, repartido por categorias:

Câmara Municipal de Lagos

Carreiras	Total
Dirigentes	21
Técnicos Superiores	116
Assistentes Técnicos	282
Assistente Operacional	507
Informáticos	5
Polícia Municipal	15
Outros (Categorias Subsistentes)	13
Total	959

Lagos – Em – Forma – Gestão Desportiva, E.M.,S.A

Carreiras	Total
Técnicos Superiores	6
Assistentes Técnicos	24
Assistente Operacional	22
Total	52

b) Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final	Motivo de exclusão na consolidação
					Direto	Indireto		
Águas do Algarve, S.A.	Participação minoritária registada pelo MEP	Rua do Repouso nº 10 8000-302 Faro	29 230 875,00	1 013 630,00	3,40%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Algar, S.A.	Participação minoritária registada pelo método do custo	Rua Cândido Guerreiro nº 43 3º Frt 8000-302 Faro	7 500 000,00	253 310,00	3,38%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Neofutur - Promoção e Conservação de Imóveis, SA	Participação minoritária registada pelo MEP	Marina de Lagos - Loja 6 Núcleo Gil eanes 8600- 780 Lagos	100 000,00	535 226,58	49,00%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Centro de Ciência Viva de Lagos	Participação minoritária registada pelo MEP	Rua Dr. Faria e Silva, nº 34 8600 Lagos	50 579,79	14 534,52	33,33%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Terras do Infante - Associação de Municípios	Participação minoritária registada pelo MEP	Edifício do Paços do Concelho, Séc. XXI Praça do Município, 8600 – 293 Lagos	743 360,65	334 437,39	33,33%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Fundo de Apoio Municipal	Participação por realizar no capital social, registada de acordo com indicação do SATAPOCAL	Rua Tenente Espanca, 20 1050-223 Lisboa	650 000 000,00	1 046 812,50	0,036%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças

1.2 - Recursos humanos - identificação dos elementos responsáveis pela direção da entidade de cada entidade:

Câmara Municipal de Lagos

Estrutura	Nome	Período de Responsabilidade
Presidente	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	01/01/2022 a 31/12/2022
Vereador com funções de Vice-Presidente	Paulo Jorge Correia dos Reis	01/01/2022 a 31/12/2022
Vereadora	Sara Maria Horta Nogueira Coelho	01/01/2022 a 31/12/2022
Vereador	Luis Alberto Bandarra dos Reis	01/01/2022 a 31/12/2022
Vereadora	Sandra Maria Almada de Oliveira	01/01/2022 a 31/12/2022
Vereador	Pedro Augusto Borges da Lima Palma Moreira	01/01/2022 a 31/12/2022
Vereador	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes	01/01/2022 a 31/12/2022

Lagos – Em – Forma – Gestão Desportiva, E.M, S.A

Estrutura	Nome
Presidente do Conselho de Administração	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
Administrador Delegado	Paulo Alexandre Cota de Meneses Toste
Administrador não Executivo	Sara Maria Horta Nogueira Coelho

1.3 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras apresentadas, foram preparadas em conformidade com o SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados.

Representam de forma fidedigna os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP e nas NCP.

No quadro seguinte é sintetizado o grau de implementação do SNC-AP:

Norma	Estado
NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras	Aplicada
NCP 2 - Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros	Aplicada
NCP 3 - Ativos Intangíveis	Aplicada
NCP 4 - Acordos de Concessão de Serviços: Concedente	Aplicada
NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis	Aplicada
NCP 6 - Locações	Aplicada
NCP 7 - Custos de Empréstimos Obtidos	Aplicada
NCP 8 - Propriedades de Investimento	Aplicada
NCP 9 - Imparidade de Ativos	Aplicada
NCP 10 - Inventários	Aplicada
NCP 11 - Agricultura	Não Aplicada
NCP 12 – Contratos de Construção	Aplicada
NCP 13 - Rendimento de Transações com Contraprestação	Aplicada
NCP 14 - Rendimento de Transações sem Contraprestação	Aplicada
NCP 15 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Aplicada
NCP 16 - Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio	Aplicada
NCP 17 - Acontecimentos Após a Data de Relato	Aplicada
NCP 18 - Instrumentos Financeiros	Aplicada
NCP 19 - Benefícios dos Empregados	Aplicada

Norma	Estado
NCP 20 - Divulgações de Partes Relacionadas	Aplicada
NCP 21 - Demonstrações Financeiras Separadas	Aplicada
NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Aplicada
NCP 23 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos	Aplicada
NCP 24 - Acordos Conjuntos	Aplicada
NCP 25 - Relato por Segmentos	Aplicada
NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental	Aplicada
NCP 27 - Contabilidade de Gestão	Aplicada

De acordo com o referencial contabilístico, divulga-se informação referente às quantias disponíveis em caixa e depósitos:

Conta	2022	2021
Caixa	122 191,61	17 239,63
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	41 966 759,65	28 559 389,82
Outros depósitos	-	-
Depósitos a prazo	-	-
Depósitos consignados	6 020 554,48	4 261 851,94
Total	48 109 505,74	32 838 481,39

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras Consolidadas são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Sempre que possível e quando relevante, é apresentada informação comparativa com respeito ao período anterior.

A consistência das demonstrações financeiras procura ser efetuada tanto ao nível dos movimentos contabilísticos e políticas contabilísticas, como também pela apresentação e divulgação.

Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras, os itens de natureza ou função dissemelhante são apresentados separadamente, exceto quando imateriais.

Tanto os ativos e passivos, como os rendimentos e gastos, não são sujeitos a compensação, exceto quando exigível por aplicação de uma NCP.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os ativos intangíveis com vida útil finita, são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade. Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual, são revistos no final de cada ano, e os efeitos dessas possíveis alterações são tratados como alterações de estimativas, de forma prospetiva.

A imparidade dos ativos intangíveis, é calculada com os mesmos critérios descritos no ponto anterior, relativamente aos ativos fixos tangíveis. As taxas de amortização têm em conta a depreciação do ativo durante a sua vida útil esperada.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, incluem bens do domínio público e privado, utilizados na atividade municipal, prestação de serviços ou no uso administrativo, e são registados ao custo de aquisição, o qual inclui não só o custo de compra, mas também eventuais custos necessários para colocar os ativos operacionais.

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método das quotas constantes, e em conformidade com o

período de vida útil estimado para cada grupo de bens e de acordo com as regras estabelecidas no Classificador Complementar 2, incluído no Plano de Contas Multidimensional do SNC-AP, mantendo-se a vida útil dos bens adquiridos previamente à entrada em vigor do SNC-AP nos termos definidos na Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE), exceto para edifícios e outras construções.

Os terrenos não são amortizáveis.

Os bens adquiridos em regime de locação financeira, são depreciados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil dos mesmos.

O valor residual considerado é nulo, pelo que o valor depreciável, sobre o qual incidem as amortizações, corresponde ao respetivo custo de aquisição. O gasto com depreciações é reconhecido na Demonstração de Resultados, na rubrica de Gastos de Depreciação e Amortização. Os gastos de reparação e manutenção, são considerados como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um bem (calculado como a diferença entre o valor de venda, menos os custos da venda e o valor contabilístico), é incluído no resultado do exercício, no ano em que o ativo é desreconhecido.

De acordo com o estabelecido no manual de implementação do SNC-AP, o justo valor dos imóveis do domínio privado é o seu Valor Patrimonial Tributário.

Os bens recebidos no âmbito de operações urbanísticas, quando identificado o seu justo valor, é considerado esse montante na definição da mensuração inicial, sendo rendimento imputado ao exercício económico em que o bem é recebido.

Por não se considerarem materialmente relevantes e respeitando as notas explicativas ao plano de contas multidimensional, as aquisições de bens de valor unitário inferior a 100 euros são consideradas como gasto do exercício.

Incluem-se em Ativos Fixos tangíveis, os bens titulados pela autarquia mas cedidos a terceiros em comodato ou direito de superfície, dado que a autarquia mantém o controlo quanto ao seu uso.

Os bens concessionados a terceiros, como os referentes à rede de iluminação pública e saneamento de águas residuais, são considerados ativos fixos tangíveis, por aplicação dos critérios de reconhecimento da NCP 4.

Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são

repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, são bens com duração superior a um ano, que se destinam a obter rendas e ou valorização do capital investido.

Considera-se apenas que um ativo é propriedade de investimento, quando gera fluxos de caixa largamente independentes dos outros ativos detidos pela autarquia.

Os imóveis detidos para arrendamento social, estão reconhecidos como ativos fixos tangíveis, por terem uma função social.

O critério de mensuração inicial e subsequente é idêntico ao dos ativos fixos tangíveis.

Investimentos financeiros

As participações em entidades são reconhecidas inicialmente pelo custo.

As participações onde exista influência dominante ou significativa são reconhecidas posteriormente pelo método da equivalência patrimonial.

São anualmente calculadas as imparidades referentes às participações e refletido o eventual ajustamento de imparidade no resultado do período.

Não existem participações em entidades registadas pelo justo valor.

Diferimentos

Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de Diferimentos do Passivo e do Ativo, respetivamente.

Cientes, contribuintes e utentes, e outras contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade.

Encontra-se refletido na rubrica de outras contas a receber, os acréscimos de rendimentos que são reconhecimentos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos.

Tem especial relevo na rubrica de outras contas a receber o acréscimo de rendimentos relacionado com a especialização do Imposto Municipal s/Imóveis e Derrama cuja liquidação ocorre no exercício económico seguinte, mas referente ao imposto do ano corrente.

A imparidade das contas a receber, incluindo clientes, contribuintes e utentes, é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Encontram-se evidenciados em inventários os bens destinados a ser utilizados na prestação de serviços da autarquia e bens destinados a venda no ciclo normal da atividade.

Anualmente são apuradas imparidades para bens cujo valor realizável é inferior ao custo, ou quando o bem não se encontra nas condições esperadas para a sua utilização na prestação de serviços.

Contratos de construção

Quando a autarquia é contratada para construir equipamentos para a entidade contratante, reconhece os rendimentos desse contrato em função da execução física da respetiva obra, efetuando os respetivos diferimentos ou acréscimos de rendimentos.

Se a autarquia estabelecer um protocolo que implique um subsídio para a totalidade da construção de um equipamento que será titulado pela entidade concedente do subsídio, reconhece esse protocolo como contrato de construção nos termos do parágrafo anterior.

Sempre que um contrato de construção se verifique como oneroso é registada a respetiva provisão.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo ou custo amortizado. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal recebido e líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui encargos financeiros, e calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

A conta inclui também os financiamentos relativos a locações financeiras, os quais estão registados ao custo.

Os contratos de locação financeira são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

- A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância e não da forma do contrato.
- Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo-se no Balanço o ativo adquirido e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.
- Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas, e a valorização das propriedades de investimento ou as amortizações do imobilizado corpóreo, são reconhecidos na Demonstração de Resultados do exercício a que respeitam.

Os juros de empréstimos destinados ao financiamento de empreitadas são considerados como custo do ativo fixo tangível enquanto decorre a obra, enquanto a mesma decorre dentro do período normal calendarizado.

Fornecedores, Fornecedores de investimentos e outras contas a pagar

Os saldos incluídos nestas rubricas apenas quando a autarquia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo os mesmos mensurados pelo custo ou custo amortizado.

Encontram-se também refletidos na rubrica de outras contas a pagar saldos referentes a acréscimos de gastos.

Provisões

São constituídas provisões para fazer face a obrigações presentes resultantes de acontecimentos já ocorridos, sendo provável um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação.

As provisões constituídas correspondem essencialmente a processos judiciais e apuradas com base em relatório dos advogados do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e dão a sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para a autarquia.

Outras variações de capitais próprios

Inclui-se nesta rubrica essencialmente o reconhecimento de subsídios ao investimento e das verbas atribuídas como capital pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro (apenas após 2020), referentes a investimento já concluído e que são reconhecidos em resultados na medida em que se deprecia o bem para o qual se destinou o apoio.

Rendimentos

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços e dos subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração de Resultados, com referência à data da prestação de serviços e, à data do Balanço, são

reconhecidos líquidos de impostos, de descontos e de outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros e ganhos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

O rendimento de impostos e taxas municipais é reconhecido na data em que o direito é adquirido e quando é possível realizar estimativa fiável do mesmo.

Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos trabalhadores e membros dos órgãos autárquicos, independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor, os trabalhadores na sua generalidade, têm direito a férias e subsídio de férias, no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado.

Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte. Este montante foi reconhecido na rubrica Outras Contas a Pagar na subrubrica de Remunerações a Liquidar.

Juros e gastos similares

Os gastos com financiamento são reconhecidos na Demonstração de Resultados do período a que respeitam, e incluem os juros suportados com esses financiamentos, exceto quando o financiamento se destine a obras ainda em curso.

Subsídios e transferências correntes

Os subsídios e transferências obtidas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que venham a ser recebido e de que a autarquia cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos na rubrica Outras variações no património líquido, são transferidos numa base sistemática para resultados, à medida que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração e transferências correntes destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento.

Pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível da sua atividade.

Nota 3 - Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente diversos projetos de desenvolvimento e programas informáticos diferenciados do computador.

A amortização dos ativos intangíveis é realizada pelo método da linha reta.

No quadro seguinte resumem-se as variações ocorridas:

AI - ATIVOS INTANGÍVEIS - QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Reval.	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	515 412,04	48 829,13	-	-	-	-	-194 126,17	-	-	370 115,00
Propriedade industrial e intelectual	25 000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	25 000,00
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	69 574,82	-	-	-	-	-	-	-	-	69 574,82
total	609 986,86	48 829,13	-	-	-	-	-194 126,17	-	-	464 689,82

Detalham-se nos quadros seguintes as adições e diminuições ocorridas em ativos intangíveis:

AI-A - Ativos Intangíveis desagregação das Adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	-	6 348,00	-	-	-	-	-	-	42 481,13	48 829,13
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
total	-	6 348,00	-	-	-	-	-	-	42 481,13	48 829,13

AI-D - Ativos Intangíveis desagregação das Diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	-	-	-	-	-
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-
total	-	-	-	-	-

O quadro seguinte detalha a variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas:

AI- Ativos Intangíveis variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
440 Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
441 Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
442 Projetos de desenvolvimento	497 199,80	497 199,80	-	-	497 199,80	497 199,80	-	-
443 Programas de computador e sistemas de informação	2 200 265,90	1 684 853,86	-	515 412,04	2 249 095,03	1 878 980,03	-	370 115,00
444 Propriedade industrial e intelectual	25 000,00	-	-	25 000,00	25 000,00	-	-	25 000,00
446 Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
454 Ativos intangíveis em curso	69 574,82	-	-	69 574,82	69 574,82	-	-	69 574,82
total	2 792 040,52	2 182 053,66		609 986,86	2 840 869,65	2 376 179,83		464 689,82

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontra-se descrito o contrato de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	E-REDES - Distribuição Energia, S.A		20 Anos				

Pela aplicação da NCP 4 deveria ser reconhecido como ativos de concessão os equipamentos/bens relativos à Rede de Baixa Tensão e Iluminação Pública geridos atualmente pela E-REDES - Distribuição Energia, S.A.

Os equipamentos/bens, referidos anteriormente, são nos termos do contrato de concessão geridos, construídos ou instalados pela E-REDES - Distribuição Energia, S.A mediante uma renda de exploração – rendimentos.

À data, apesar de ter sido solicitado pelos serviços municipais à E-REDES - Distribuição Energia, S.A, não existe informação relativa ao valor e detalhe destes ativos de concessão reportada a 31.12.2022.

Adicionalmente, por não se conseguir identificar os referidos equipamentos/bens de forma detalhada, considera-se não estarem cumpridos os critérios de reconhecimento como Ativos Fixos Tangíveis no Município.

Atendendo à ausência de informação do concedente, quanto ao valor destes equipamentos/bens em 2022 e a justificação para a respetiva variação, por prudência o Município considerou mais relevante não colocar uma informação imprecisa.

Nota 5 - Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis da conta consolidada são variados, incluem, entre outros, equipamento básico e mobiliário, mas a sua principal componente é relativa a equipamento de transporte e outros bens de domínio público, quadro seguinte resumem-se as variações ocorridas:

AFT - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à	Revalorizações	Reversões de perdas por	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	15 967 788,46	28 908,83	1 105 275,23	-	-	-	- 28 014,54	- 19 545,40	17 054 412,58
Edifícios e outras construções	10 277 352,65	25 615,75	590 233,79	-	-	-	- 472 726,24	- 26 927,40	10 393 548,55
Infraestruturas	42 418 926,01	431 633,18	41 931,90	-	-	-	- 1 785 922,34	- 67 040,00	41 039 528,75
Património histórico, artístico e cult	697 066,18	13 175,00	62 275,00	-	-	-	-	-	772 516,18
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cult	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	44 870 462,93	267 893,70	- 1 336 253,70	-	-	-	-	- 289 044,40	43 513 058,53
Edifícios e outras construções	92 400 199,52	309 707,36	5 428 814,60	-	-	-	- 3 144 244,69	- 332 627,91	94 661 848,88
Equipamento básico	1 907 343,11	636 892,41	694 747,30	-	-	-	- 566 697,39	- 45 104,62	2 627 180,81
Equipamento de transporte	1 944 641,29	319 929,10	-	-	-	-	- 566 643,43	- 24 001,81	1 673 925,15
Equipamento administrativo	499 793,65	231 530,44	28 047,98	-	-	-	- 141 314,45	- 37 545,89	580 511,73
Equipamentos biológicos	4 709 605,47	-	3 944,11	-	-	-	- 5 090,08	-	4 708 459,50
Outros	1 224 553,17	231 669,76	703 282,34	-	-	-	- 303 610,96	- 9 757,47	1 846 136,84
Ativos fixos tangíveis em curso	16 060 054,79	7 673 965,11	- 7 780 272,25	-	-	-	-	-	15 953 747,65
Total	232 977 787,23	10 170 920,64	- 457 973,70	-	-	-	- 7 014 264,12	- 851 594,90	234 824 875,15

A desagregação das adições e diminuições resumem-se nos quadros seguintes:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	-	2 323,83	-	-	-	-	-	-	-	26 585,00	28 908,83
Edifícios e outras construções	-	6 404,07	-	-	-	-	-	-	-	19 211,68	25 615,75
Infraestruturas	-	6 421,94	-	-	-	-	-	-	-	425 211,24	431 633,18
Património histórico, artístico e cultural	-	8 600,00	-	-	-	4 575,00	-	-	-	-	13 175,00
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	267 893,70	267 893,70
Edifícios e outras construções	-	7 103,46	-	-	-	-	-	-	-	302 603,90	309 707,36
Equipamento básico	-	503 925,54	-	-	-	424,99	-	-	-	132 541,88	636 892,41
Equipamento de transporte	-	303 746,95	-	-	-	-	-	-	-	16 182,15	319 929,10
Equipamento administrativo	-	100 691,41	-	-	-	-	-	-	-	130 839,03	231 530,44
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	213 916,31	-	-	-	5 578,72	-	-	-	12 174,73	231 669,76
Ativos fixos tangíveis em curso	-	62 275,00	-	-	-	-	-	-	-	679 442,11	7 673 965,11
Total	6 932 248,00	1 215 408,51	-	-	-	10 578,71	-	-	-	2 012 685,42	10 170 920,64

AFT-D - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - Diminuições

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	- 19 545,40	- 19 545,40
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	- 26 927,40	- 26 927,40
Infraestruturas	-	-	-	-	- 67 040,00	- 67 040,00
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	- 21 150,70	-	-	-	- 267 893,70	- 289 044,40
Edifícios e outras construções	- 10 802,09	-	-	-	- 321 825,82	- 332 627,91
Equipamento básico	-	-	-	-	- 45 104,62	- 45 104,62
Equipamento de transporte	- 16 901,39	-	-	-	- 7 100,42	- 24 001,81
Equipamento administrativo	-	-	-	-	- 37 545,89	- 37 545,89
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	- 9 757,47	- 9 757,47
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Total	- 48 854,18	-	-	-	- 802 740,72	- 851 594,90

Detalha-se no quadro seguinte a variação das depreciações e amortizações e perdas por imparidade acumuladas:

AFT-D - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	15 967 788,46	-	-	15 967 788,46	17 082 427,12	28 014,54	-	17 054 412,58
Edifícios e outras construções	13 315 992,77	3 038 640,12	-	10 277 352,65	13 904 914,91	3 511 366,36	-	10 393 548,55
Infraestruturas	99 385 316,24	56 966 390,23	-	42 418 926,01	99 791 841,32	58 752 312,57	-	41 039 528,75
Património histórico, artístico e cultural	700 807,16	3 740,98	-	697 066,18	776 257,16	3 740,98	-	772 516,18
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	44 870 462,93	-	-	44 870 462,93	43 513 058,53	-	-	43 513 058,53
Edifícios e outras construções	117 632 705,44	25 232 505,92	-	92 400 199,52	123 038 599,49	28 376 750,61	-	94 661 848,88
Equipamento básico	8 474 608,90	6 567 265,79	-	1 907 343,11	9 754 903,99	7 127 723,18	-	2 627 180,81
Equipamento de transporte	7 105 773,79	5 161 132,50	-	1 944 641,29	7 401 701,08	5 727 775,93	-	1 673 925,15
Equipamento administrativo	4 351 146,41	3 851 352,76	-	499 793,65	4 573 178,94	3 990 486,82	-	582 692,12
Equipamentos biológicos	4 713 351,09	3 745,62	-	4 709 605,47	4 717 295,20	8 835,70	-	4 708 459,50
Outros	4 713 407,33	3 488 854,16	-	1 224 553,17	5 638 601,96	3 794 645,51	-	1 843 956,45
Ativos fixos tangíveis em curso	16 060 054,79	-	-	16 060 054,79	15 953 747,65	-	-	15 953 747,65
Total	337 291 415,31	104 313 628,08	-	232 977 787,23	346 146 527,35	111 321 652,20	-	234 824 875,15

Nota 6 - Locações

Não existem ativos com adquiridos com recurso à locação financeira.

Nota 7 - Custos de empréstimos obtidos e financiamentos obtidos

Nesta nota divulga-se o que concerne a gastos com empréstimos obtidos e os saldos de financiamentos obtidos à data de 31 de dezembro de 2022 (ver em anexo Mapa de Empréstimos):

Financiamentos obtidos	2022	2021
Juros de financiamentos obtidos	38 923,21	7 061,95
Outros gastos de financiamento	0,00	38,30
Total	38 923,21	7 100,25

Financiamentos obtidos	2022	2021
Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		
Exigível a curto prazo	0,00	28 869,33
Empréstimos bancários		
Exigível a curto prazo	1 008 356,31	679 718,48
Total a curto prazo	1 008 356,31	708 587,81
Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		
Exigível a médio e longo prazo	0,00	202 085,31
Empréstimos bancários		
Exigível a médio e longo prazo	8 233 801,75	3 135 281,13
Total a médio e longo prazo	8 233 801,75	3 337 366,44

Nota 8 - Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos foram:

PI - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (modelo do custo)

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do custo)							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Perdas por Imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições	
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO									
Bens de domínio público									
Terrenos e recursos naturais	5 725 091,47		267 893,70					- 5 986,00	5 986 999,17
Edifícios e outras construções	114 907,26		190 080,00	- 22 023,12					282 964,14
Outras propriedades de investimento									
Propriedades de investimento em curso									
total	5 839 998,73	-	457 973,70	- 22 023,12	-	-	-	- 5 986,00	6 269 963,31

PI-D - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO desagregação das Diminuições (modelo do custo)

RUBRICAS	Diminuições (modelo do custo)				
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO					
Bens de domínio público					
Terrenos e recursos naturais	5 986,00				5 986,00
Edifícios e outras construções					
Outras propriedades de investimento					
Propriedades de investimento em curso					
total	5 986,00	-	-	-	5 986,00

Nota 9 - Imparidade de ativos

O reconhecimento das imparidades de dívidas a receber de clientes e utentes foi avaliado à data do relato, isto é, no final do período contabilístico, toda a dívida que evidenciava risco de incobrabilidade foi reconhecida imparidade a 100% (dívida em mora desde o ano 2012 até 2022).

Devido à boa cobrança da faturação do próprio ano e de dívidas de anos anteriores, verificaram-se condições que permitiram o desreconhecimento de parte das imparidades – Reversão,

Relativamente à imparidade de inventários e conforme o disposto na NCP10 do SNC – AP, foi considerado o valor das existências em armazém sem consumo há mais de um ano (períodos anteriores a 31 de dezembro de 2021).

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de Imparidades	Quantia Recuperável
Depósitos à ordem	41 966 759,65	-	-	41 966 759,65
Outros depósitos	6 020 554,48	-	-	6 020 554,48
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	-	-	-	-
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	3 283 021,69	-	-	3 283 021,69
Clientes, contribuintes e utentes	1 796 939,19	1 111 948,71	210 791,03	895 781,51
Fornecedores	75 897,20	-	-	75 897,20
Pessoal	-	-	-	-
Acionistas/sócios/associados	-	-	-	-
Outras contas a receber	16 267 790,92	-	-	16 267 790,92
Outras contas a pagar	13 225 660,62	-	-	13 225 660,62
Mercadorias	209 169,34	-	-	209 169,34
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	615 937,93	220 599,90	1 337,03	396 675,06
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
Ativos biológicos	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de compras	-	-	-	-
Investimentos financeiros	3 196 280,62	-	-	3 196 280,62
Propriedades de investimento	6 269 963,31	-	-	6 269 963,31
Ativos fixos tangíveis	218 871 127,50	-	-	218 871 127,50
Ativos intangíveis	464 689,82	-	-	464 689,82
Investimentos em curso	15 953 747,65	-	-	15 953 747,65
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-
Total	328 217 539,92	1 332 548,61	212 128,06	327 097 119,37

Nota 10 – Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2022 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	209 169,34	-	209 169,34
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	615 937,93	219 262,87	396 675,06
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	825 107,27	219 262,87	605 844,40

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Mercadorias	192 214,12	3 068 350,29	3 090 020,93	-	-	-	-	38 625,86	209 169,34
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	422 376,55	645 709,95	466 073,26	-	219 262,87	-	-	13 924,69	396 675,06
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	614 590,67	3 714 060,24	3 556 094,19	-	219 262,87	-	-	52 550,55	605 844,40

Nota 11 - Agricultura

Não se aplica.

Nota 12 - Contratos de construção

Não se aplica.

Nota 13 - Rendimentos de transações com contraprestação

Procedeu-se ao tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas específicas das autarquias locais	3 977 981,48				
Vendas					
Água	2 463 640,54				
Outras mercadorias	22 812,37				
Produtos acabados e intermédios	7 849,61				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	979,00				
Prestações de serviços					
Serviços específicos das autarquias locais					
Resíduos Sólidos	1 113 665,94				
Transportes Escolares	633,98				
Transporte de Pessoas e Mercadorias	445 886,30				
Trabalhos por Conta de Particulares	4 032,11				
Cemitérios	63 791,13				
Mercados e Feiras	15 021,81				
Parques de Estacionamento	17 247,07				
Serviços Recreativos	59 508,41				
Serviços Culturais	161 668,02				
Serviços Desporto	4 461,83				
Canídeos	1 796,20				
Tarifa de disponibilidade	3 580 492,68				
Outros	2 739 110,20				
Alienações					
Ativos fixos tangíveis	67 236,41				
Rendas em propriedades de investimento					
Terrenos	63 699,00				
Edifícios e outras construções	588 219,97				
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Outros rendimentos suplementares					
Ganhos em inventários	58 826,37				
Outros	380 759,21				
TOTAL	15 839 319,64				

Nota 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Foram reconhecidos, no período de 2022, os seguintes rendimentos de transações sem contraprestação:

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Imposto municipal sobre imóveis	12 730 678,59				
Imposto único de circulação	1 158 893,08				
Derrama	-				
Impostos indiretos					
Imposto sobre veículos	-				
Impostos indiretos específicos das autarquias locais	-				
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	34 266 241,17				
Taxas, multas e outras penalidades					
Multas e outras penalidades					
Juros de mora	311 188,61				
Juros compensatórios	74 280,07				
Coimas e penalidades por contraordenações	153 322,37				
Outras multas e penalidades	73 279,26				
Transferências correntes					
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	1 183 460,00				
Fundo Social Municipal (FSM)	744 021,00				
Participação no IRS	873 965,00				
Saúde	283 347,96				
Participação do IVA	247 923,50				
Educação	2 993 856,96				
Outras	55 969,28				
Associações de Municípios	15 770,14				
FEDER	90 371,82				
Sociedades e quase sociedades não financeiras	1 586 909,87				
Subsídios correntes					
Administrações Públicas	87 749,37				
Reversões					
De provisões	-				
De perdas por imparidade	212 128,06				
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	421 074,01				
Outros Rendimentos e ganhos	4 545,17				
TOTAL	57 568 975,29				

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O valor da rubrica de provisões é corresponde essencialmente ao montante apurado para fazer face aos riscos existentes de exfluxos de recursos no futuro, aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município, quer por outras entidades (ver anexo 2 – Processos Judiciais em curso).

Em 2022 não foram constituídas provisões para os restantes processos judiciais em curso, no entanto foram constituídas provisões relativas a acidentes de trabalho e doenças profissionais, e pensões vitalícias.

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	88 085,32	-	-	-	-	-	-	-	-	88 085,32
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	-	31 088,25	-	-	31 088,25	-	-	-	-	31 088,25
Matérias ambientais										
Contratos onerosos Reestruturação e reorganização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras provisões	-	120 678,64	-	-	120 678,64	-	-	-	-	120 678,64
Total	88 085,32	151 766,89	-	-	151 766,89	-	-	-	-	239 852,21

Nota 16 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio

No corrente exercício não houve registos de taxas de câmbio desfavoráveis ou favoráveis.

Nota 17 - Acontecimentos após a data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18 – Investimentos financeiros

Investimentos financeiros	Quantia escriturada inicial	Aumentos	Diminuições	Quantia escriturada final
Lagos-Em-Forma - Gestão Desportiva, EM	0,00	0,00	0,00	0,00
Terras do Infante - Associação de Municípios	292 793,31	41 644,08	0,00	334 437,39
Neofutur- Promoção e Conservação de Imóveis, S.A.	489 092,46	291 134,12	245 000,00	535 226,58
Centro de Ciência Viva de Lagos	20 689,82	326,62	8 152,29	12 864,15
FAM - Fundo de Apoio Municipal	1 046 812,50	0,00	0,00	1 046 812,50
Algar, SA	253 310,00	0,00	0,00	253 310,00
Águas do Algarve, SA	1 013 630,00	0,00	0,00	1 013 630,00
Total	3 116 328,09	333 104,82	253 152,29	3 196 280,62

Nota 19 - Benefícios dos empregados

O número médio de pessoal no Município e na Empresa Lagos-em-Forma em 2022 foi de 959 e 53, respetivamente.

Os gastos que incorreram com os trabalhadores foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	239 293,90	236 123,87
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	47 037,03	39 539,25
Remunerações do pessoal	14 455 416,93	13 174 958,84
Encargos sobre remunerações	3 298 946,90	2 822 912,90
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	188 267,97	186 296,04
Outros gastos com o pessoal	772 846,90	731 207,07
Outros encargos sociais	379 123,75	332 750,75
Total	19 380 933,38	17 523 788,72

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final	Motivo de exclusão na consolidação
					Direto	Indireto		
Lagos-Em-Forma - Gestão Desportiva, EM,SA	Empresa municipal - integrada na consolidação de contas	Complexo Desportivo Municipal 8600-324 Lagos	250 000,00	1 600 962,76	100%		Existe	-
Águas do Algarve, S.A.	Participação minoritária registada pelo MEP	Rua do Repouso nº 10 8000-302 Faro	29 230 875,00	1 013 630,00	3,40%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Algar, S.A.	Participação minoritária registada pelo método do custo	Rua Cândido Guerreiro nº 43 3º Frt 8000-302 Faro	7 500 000,00	253 310,00	3,38%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Neofutur - Promoção e Conservação de Imóveis, SA	Participação minoritária registada pelo MEP	Marina de Lagos - Loja 6 Núcleo Gil eanes 8600-780 Lagos	100 000,00	535 226,58	49,00%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Centro de Ciência Viva de Lagos	Participação minoritária registada pelo MEP	Rua Dr. Faria e Silva, nº 34 8600 Lagos	50 579,79	14 534,52	33,33%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Terras do Infante - Associação de Municípios	Participação minoritária registada pelo MEP	Edifício do Paços do Concelho, Séc. XXI Praça do Município, 8600 – 293 Lagos	743 360,65	334 437,39	33,33%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Fundo de Apoio Municipal	Participação por realizar no capital social, registada de acordo com indicação do SATAPOCAL	Rua Tenente Espanca, 20 1050-223 Lisboa	650 000 000,00	1 046 812,50	0,036%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
Lagos-Em-Forma - Gestão Desportiva, EM,SA	Empresa municipal - integrada na consolidação de contas	Subsídios correntes concedidos	103 118,73	1%	-
		FSE	739 259,53	6%	-
		Outros gastos	276 266,09	2%	-
Águas do Algarve, S.A.	Participação minoritária registada pelo MEP	Compras mercadorias	3 252 980,52	26%	-
		FSE	2 889 979,92	23%	-
		Outros gastos	264 513,61	2%	-
Algar, S.A.	Participação minoritária registada pelo MEP	FSE	1 753 594,97	14%	-
		Outros gastos	547 324,64	4%	-
Neofutur - Promoção e Conservação de Imóveis, SA	Participação minoritária registada pelo MEP	FSE	1 603 083,00	13%	-
		Outros gastos	732 267,12	6%	-
Centro de Ciência Viva de Lagos	Participação minoritária registada pelo MEP	Transferências correntes concedidos	83 516,40	1%	-
		FSE	1 181,00	0%	-
Terras do Infante - Associação de Municípios	Participação minoritária registada pelo MEP	FSE	210 000,00	2%	-
			12 457 085,53	100%	

Nota 21 - Relato por segmentos

Não se aplica.

Nota 22 - Outra informação considerada relevante

Nota 22.1 - Contrato de arrendamento da NEOFUTUR, SA

Conforme tem sido referido, a Câmara Municipal de Lagos (CM Lagos), tem um contrato de arrendamento, com a Neofutur, SA, para o Edifício Paços do Concelho do Séc. XXI, dos serviços municipais, onde todo o cronograma do contrato de arrendamento é de pagamento obrigatório e no final do contrato a CM Lagos tem a opção de compra a parte que não detêm da Neofutur, SA pelo seu valor nominal que é meramente residual.

A Neofutur, SA no final do contrato de arrendamento, será essencialmente constituída pelos Ativos Fixos Tangíveis subjacentes ao contrato de arrendamento e disponibilidades resultantes de dividendos não distribuídos, sendo os passivos meramente residuais.

Com a introdução do SNC-AP, aplicável às demonstrações financeiras da autarquia em 2020, tornou-se necessário rever a forma de contabilização da participação da empresa e da dívida que a CM Lagos tem registada relativa ao contrato de arrendamento.

Aplicando os princípios definidos no SNC-AP, nomeadamente pelas NCP 6 - Locações e NCP 18 – Instrumentos Financeiros, temos que:

1. O contrato de arrendamento tem subjacente um ativo controlado pela autarquia que cumpre com os critérios de reconhecimento de ativo fixo tangível;
2. Existe um passivo financeiro, inerente ao contrato de arrendamento, que deve corresponder aos pagamentos futuros mínimos pelo seu valor presente, desconsiderados dos pagamentos relativos aos custos de serviços prestados pelo locador;
3. A empresa por ser considerada como entidade associada nos termos da NCP 23-Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, foi registada pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

Assim, face ao normativo contabilístico atual, ajustámos o endividamento inerente ao contrato de arrendamento, considerando a taxa de financiamento da própria empresa para o ativo subjacente.

O total de pagamentos mínimos previstos no contrato de arrendamento a suportar pela autarquia é o que se demonstra no quadro seguinte:

Ano	Neofutur,SA		
	Pagamentos mínimos	Serviços de manutenção implícitos estimados	Total
2023	2 144 336,28	196 023,96	2 340 360,24
2024	2 144 336,28	196 023,96	2 340 360,24
2025	2 144 336,28	196 023,96	2 340 360,24
2026	2 144 336,28	196 023,96	2 340 360,24
Total	8 577 345,12	784 095,84	9 361 440,96

Relativamente ao ajustamento aplicação do MEP temos o seguinte resultado:

Neofutur, SA		
Descrição		Valor
1	Valor da participação ao custo 31.12.2022	489 092,46
2	Capitais Próprios da empresa a 31.12.2022	1 092 299,16
3	% de detenção	49%
4=3x2	Valor da participação ao MEP a 31.12.2022	535 226,59
5=4-1	Ajustamento	46 134,13

22.2 Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados

Para os períodos de 2022 a 2021 a rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	3 282 856,77	5 166 617,67
Estado	0,00	0,00
Administração Local	3 231,20	0,00
Administração Regional	0,00	0,00
Fundos Comunitários	2 951 119,98	4 637 990,66
Serviços e Fundos Autónomos	0,00	123 053,06
Outros	328 505,59	405 573,95
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	164,92	164,92
De curto prazo	0,00	0,00
De médio e longo prazo	164,92	164,92

Descrição	2022	2021
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	0,00	0,00
Estado	0,00	0,00
Administração Local	0,00	0,00
Administração Regional	0,00	0,00
Fundos Comunitários	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00	0,00
De curto prazo	0,00	0,00
De médio e longo prazo	0,00	0,00

22.3 Clientes

Nos períodos de 2022 e 2021 registaram-se as seguintes dívidas de “Clientes”:

Descrição	2022	2021
Cientes c/c	357 865,48	597 363,31
Contribuintes	0,00	0,00
Utentes	748 976,79	1 147 695,63
Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	690 096,92	453 257,06
Cientes e contribuintes e utentes factoring	0,00	0,00
Sub-total de clientes, contribuintes e utentes	1 796 939,19	2 198 316,00
Imparidade de dívidas a receber	901 157,68	1 117 948,71
Total clientes, contribuintes e utentes	895 781,51	1 080 367,29

Descrição	2022	2021
Cientes c/c	45 471,50	45 471,50
Contribuintes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Total de adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	45 471,50	45 471,50

22.4 Diferimentos

O Município criou “Diferimentos” de gastos a reconhecer e de rendimentos a reconhecer. Na conta de “outros rendimentos a reconhecer” estão reconhecidos os rendimentos diferidos provenientes dos contratos de direitos de superfície concedidos no montante de 2 472 354,78 €.

Descrição	2022	2021
Gastos a reconhecer	323 296,82	77 134,76
Transferências e subsídios concedidos com condições	0,00	0,00
Outros	323 296,82	77 134,76
Rendimentos a reconhecer	2 509 747,68	2 552 155,04
Transferências e subsídios correntes obtidos com condições	21 032,02	14 065,29
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	0,00	0,00
Rendimentos da área da educação	0,00	0,00
Acordos de concessão de serviços	0,00	0,00
Outros	2 488 715,66	2 538 089,75

22.5 Fornecedores

Os saldos das rubricas de “Fornecedores” e “Fornecedores de investimentos” são discriminados da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	75 897,20	112 459,82
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	75 897,20	112 459,82

Descrição	2022	2021
Fornecedores de investimentos c/c	4 603,89	0,00
Total	4 603,89	0,00

22.6 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	189 278,53	2 430,30
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	189 278,53	2 430,30
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	8 195,27	110,07
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	13 240,43	629 277,27
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	146 600,77	104 074,98
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações	361 661,12	361 102,55
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	529 697,59	1 094 564,87

22.7 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras Contas a Pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	passivo corrente	passivo não corrente	passivo corrente	passivo não corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações com pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos*	5 348 166,10	0,00	11 495 622,71	0,00
Credores por subscrições não liberadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Cauções	24 350,00	26 605,25	3 320,00	26 605,25
Credores por prestações sociais a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por prestações sociais em presc	0,00	0,00	0,00	0,00
Sindicatos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros credores	2 252 745,03	5 573 794,24	2 108 422,83	6 889 954,01
Total	7 625 261,13	5 600 399,49	13 607 365,54	6 916 559,26

* O saldo apresentado na conta “Credores por acréscimos de gastos” representa:

- a estimativa das remunerações (férias, subsídios de férias e os respetivos encargos) a pagar em 2023;
- faturação de credores referentes ao ano 2022, cujo documento vinculativo foi rececionado em 2023;

22.8 Outras Contas a Receber

A rubrica “Outras Contas a Receber” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	ativo corrente	ativo não corrente	ativo corrente	ativo não corrente
Devedores por contratos de cedência	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por acréscimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos e taxas imputados ao período	13 846 376,57	0,00	16 967 695,09	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos**	1 660 944,66	0,00	1 907 944,01	0,00
Cauções	26 250,00	0,00	25 650,00	0,00
Devedores por alienação de ativos fixos	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores por prestações sociais a repor	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores por empréstimos não bonificados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	734 219,69	0,00	1 107 132,60	0,00
Total	16 267 790,92	0,00	20 008 421,70	0,00

** O saldo apresentado na conta “Devedores por acréscimos de rendimentos” representa o seguinte:

- Estimativa de vendas e prestação de serviços de consumos do ano 2022 faturados em 2023;
- Estimativa de juros.

22.9 Património Líquido

O património líquido consolidado passou a totalizar 288 574 547,24€, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Património/capital	138 441 811,85			138 441 811,85
Ações (quotas) próprias				
Outros instrumentos de capital próprio				
Prémios de emissão				
Reservas	11 099 840,48	997 678,31		12 097 518,79
Resultados transitados	74 513 131,80	20 272 940,76	1 217 125,85	93 306 980,19
Ajustamentos de transição para o SNC-AP	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação do resultado líquido de 2021	0,00	20 228 676,21	219 447,54	0,00
Regularização de transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	997 678,31	0,00
Outras regularizações	0,00	44 264,55	0,00	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros	1 875 268,71	17 293,14	1 027 422,13	2 099 789,97
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis				
Outras variações no património líquido	28 149 097,06	1 340 077,05	13 143,41	29 488 250,12
Ajustamentos de transição para o SNC-AP				
Transferências e subsídios de capital	0,00	746 896,02	13 143,41	
Doações obtidas	0,00	593 181,03	0,00	
Transferências de ativos	0,00	0,00	0,00	
Total	254 079 149,90			275 434 350,92
Resultado líquido do período	19 941 346,86			13 140 196,32
Total dos fundos patrimoniais	274 020 496,76			288 574 547,24

22.10 Impostos, contribuições e taxas

Nos períodos de 2022 e 2021, os valores reconhecidos foram os abaixo descritos, tendo-se verificado uma variação positiva, justificada principalmente pelo aumento substancial do IMT, na rubrica dos impostos indiretos.

Descrição	2022	2021
Impostos diretos	13 940 534,42	14 021 127,91
Impostos indiretos	34 266 241,17	24 800 137,77
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00
Taxas, multas e outras penalidades	4 590 051,79	3 803 428,52
Total	52 796 827,38	42 624 694,20

22.11 Vendas e Prestações de Serviços

Os saldos consolidados são os seguintes:

Descrição	2022	2021
Mercadorias	4 785 690,43	4 231 099,36
Produtos acabados e intermédios	1 189,67	698,10
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	979,00	1 567,50
Ativos biológicos	0,00	0,00
Devoluções de vendas	-574,64	-8,13
Descontos e abatimentos em vendas	0,00	0,00
Total de Vendas	4 787 284,46	4 233 356,83

Descrição	2022	2021
Serviços específicos das autarquias locais	5 930 885,17	5 413 821,02
Outros serviços	0,00	0,00
Total de Prestações de Serviços	5 930 885,17	5 413 821,02

22.12 Transferências e subsídios correntes obtidos

Os saldos consolidados são os seguintes:

Descrição	2022	2021
Transferências correntes	8 712 808,85	8 606 280,92
Subsídios correntes	87 749,37	59 647,55
Total	8 800 558,22	8 665 928,47

22.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se detalhada no quadro abaixo.

Descrição	2022	2021
Outros rendimentos do Estado	0,00	0,00
Rendimentos suplementares	364 798,85	47 104,21
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de contas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	58 826,37	1 121 454,30
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	714 076,62	613 224,04
Outros	2 150 267,78	15 058 764,73
Total	3 287 969,62	16 840 547,28

22.14 Transferências e subsídios correntes concedidos

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, as seguintes transferências e subsídios:

Descrição	2022	2021
Transferências correntes concedidas	5 670 756,99	4 872 779,13
Subsídios correntes concedidos	0,00	0,00
Prestações sociais concedidas	12 724,84	8 568,42
Transferências de capital concedidas	654 565,73	513 959,44
Subsídios de capital concedidos	0,00	0,00
Transferências para cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Transferências e subsídios para reforço de liquidez	0,00	0,00
Transferências e subsídios para amortização de dívida	0,00	0,00
Outros subsídios e transferências de capital	0,00	0,00
Total	6 338 047,56	5 395 306,99

22.15 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos e parcerias	5 210 938,44	5 253 822,78
Serviços especializados	4 271 067,92	3 785 797,50
Materiais de consumo	781 146,60	854 550,55
Energia e fluidos	1 326 383,25	994 831,78
Deslocações, estadas e transportes	174 459,08	77 458,35
Serviços diversos	7 645 083,56	7 580 330,94
Total	19 409 078,85	18 546 791,90

22.16 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos e taxas	1 096 717,00	911 399,13
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	4 150,24	80 865,71
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	484 791,71	141 061,82
Outros	4 933 808,57	3 898 337,79
Total	6 519 467,52	5 031 664,45

22.17 Resultados entre Rendimentos e Gastos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos

Descrição	2022	2021
Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	799 762,57	290 651,93
Gastos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	284 418,38	30 774,00
Rendimentos/Gastos entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	515 344,19	259 877,93

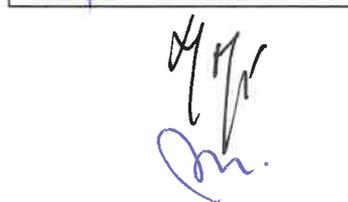
22.18 Resultados Financeiros

Descrição	2022	2021
Juros e encargos suportados	39 144,22	7 139,33
Diferenças de câmbio desfavoráveis na atividade de financiamento	0,00	0,00
Outros gastos de financiamento	0,00	180,04
Outros gastos	347 123,99	0,00
Total	386 268,21	7 319,37
Gestão da tesouraria e da dívida direta do Estado	0,00	0,00
Juros obtidos	0,00	51,38
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Diferenças de câmbio favoráveis na atividade de financiamento	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
Outros rendimentos	0,00	0,00
Total	0,00	51,38
Resultados Financeiros	-386 268,21	-7 267,99

ORGÃO EXECUTIVO
Em 21 de junho de 2023



ORGÃO DELIBERATIVO
Em 23 de junho de 2023



5. Contabilidade de Gestão

5.1 Introdução

A contabilidade de gestão destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre gastos, rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos dirigentes públicos na tomada de decisões, permitindo uma melhor avaliação da economia, eficácia e eficiência das políticas públicas, tornando-se num instrumento de gestão interna de extrema importância.

Este sistema contabilístico permite desagregar gastos e rendimentos por funções, bens e serviços, complementando a contabilidade orçamental e financeira.

O presente relatório é elaborado nos termos da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 – Contabilidade de Gestão do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º192/2015 de 11 de setembro.

5.2 Demonstração de Resultados por serviços e por funções

Com o objetivo de garantir a avaliação da margem produzida nas diversas atividades da autarquia, ou seja, analisar os diferenciais entre os rendimentos gerados e os gastos dos recursos utilizados pelas diversas funções e centros de responsabilidade, procedeu-se as seguintes medidas:

- Imputação dos rendimentos proveniente de imposto pelas diferentes funções e diferentes centros de responsabilidade, em proporção com o número de trabalhadores afetos e também em proporção aos gastos do ano anterior;
- Melhoramento da imputação dos gastos de acordo com o fim a que se destinam, independentemente do serviço requisitante;
- Reclassificação dos gastos e rendimentos por natureza e de acordo com os objetivos e necessidades de informação;
- Redução da imputação dos rendimentos e gastos a não incorporáveis.

Esta última medida, aumento substancial da incorporação de rendimentos e gastos diretos/indiretos em relação ao período homólogo, no sistema de Contabilidade de Gestão em detrimento de rendimentos e gastos não incorporáveis, permitiu um apurando mais exato e fidedigno dos resultados por funções:

Função	Gastos	Rendimentos	Resultados 2022
Funções Gerais	12 269 153,88	13 868 743,63	1 599 589,75
Função: 110 - Serviços gerais de administração pública	1 263 216,97	1 385 809,12	122 592,15
Função: 111 - Administração geral	8 981 778,89	12 033 418,08	3 051 639,19
Função: 121 - Proteção civil e luta contra incêndios	1 499 394,61	287 944,96	-1 211 449,65
Função: 122 - Polícia municipal	524 763,41	161 571,47	-363 191,94
Funções Sociais	38 376 595,29	50 369 522,19	11 992 926,90
Função: 211 - Ensino não superior	8 567 254,18	9 630 572,15	1 063 317,97
Função: 212 - Serviços auxiliares de ensino	731 044,88	1 026 646,78	295 601,90
Função: 220 - Saúde	444 535,35	560 246,86	115 711,51
Função: 232 - Ação social	1 823 410,34	1 574 198,23	-249 212,11
Função: 241 - Habitação	1 165 517,56	1 103 765,36	-61 752,20
Função: 242 - Ordenamento do território	674 358,90	2 646 948,13	1 972 589,23
Função: 243 - Saneamento	3 739 549,08	7 460 694,80	3 721 145,72
Função: 244 - Abastecimento de água	4 956 030,84	9 617 008,03	4 660 977,19
Função: 245 - Resíduos sólidos	5 702 162,32	7 035 718,91	1 333 556,59
Função: 246 - Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	2 472 289,39	2 615 289,98	143 000,59
Função: 251 - Cultura	5 748 701,36	4 764 541,00	-984 160,36
Função: 252 - Desporto, recreio e lazer	2 312 594,06	2 210 252,87	-102 341,19
Função: 253 - Outras atividades cívicas e religiosas	39 147,03	123 639,09	84 492,06
Funções Económicas	5 601 315,72	8 818 427,49	3 217 111,77
Função: 310 - Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	28 333,63	39 318,27	10 984,64
Função: 320 - Indústria e energia	879 483,70	3 304 044,37	2 424 560,67
Função: 331 - Transportes rodoviários	2 211 351,68	2 713 283,15	501 931,47
Função: 341 - Mercados e feiras	678 787,73	702 532,73	23 745,00
Função: 342 - Turismo	295 735,81	82 057,76	-213 678,05
Função: 350 - Outras funções	1 507 623,17	1 977 191,21	469 568,04
Outras Funções	892 464,81	169 205,62	-723 259,19
Função: 420 - Transferências entre administrações	802 177,79	35 044,62	-767 133,17
Função: 431 - Viaturas Diversas	90 287,02	134 161,00	43 873,98
Sub -Total 1	57 139 529,70	73 225 898,93	16 086 369,23
Não incorporáveis	4 824 606,95	1 983 820,53	-2 840 786,42
Sub -Total 2	61 964 136,65	75 209 719,46	13 245 582,81
Ajustamentos de Consolidação	1 037 115,85	870 023,70	-167 092,15
Sub -Total 3	63 001 252,50	76 079 743,16	13 078 490,66
Gestão Desportiva e de Estacionamento	2 231 601,87	2 293 307,53	61 705,66
Total Geral	65 232 854,37	78 373 050,69	13 140 196,32

Em termos de apuramento de resultados, as funções que se destacam com resultado positivo são a 1.1.1 – Administração geral, a 2.4.4 – Abastecimento de água, a 2.4.3 – Saneamento e 3.2.0 - Indústria e energia.

Sendo um sistema em constante evolução, e à semelhança de anos transatos, o plano de bens e serviços irá ser profundamente revisto, de forma a se manter atual, produzindo informação relevante e analítica sobre gastos e rendimentos, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões, permitindo uma melhor avaliação da economia, eficiência e eficácia das políticas públicas.

ANEXOS

Empréstimos (Tribunal de Contas)

Ano: 2022

Município de Lagos

Período: Prestação de Contas

(designação da autarquia local)

Nº Contrato	Entidade Financiadora		Caracterização do empréstimo							
5292980830003	501214534	Banco BPI, S.A.	2 - Investimento (financiamento projectos não participados por fundos comunitários)							
Dt. Aprov. AM.	Dt. Contr. Emp.	Tipo de empréstimo	Prazo contrato	Anos decorridos	Visto TC - Núm. de registo	Visto TC - Data	Capital - Contratado	Capital - Utilizado	Dt. primeira utilização	
2006-07-04	2005-08-12	Médio/Longo prazo	244	017	002146	2005-09-29	601 112,00	601 112,00	2005-12-21	
Finalidade do Empréstimo - Fim						FE - Isento lim. end.	FE - Isento legislação	Dt. despacho isenção	Prazo empr. conta a partir da prim. utilização?	
Contrato de empréstimo para execução das ações 6 e 7 - POLIS - 5292980830003						Não Isento	-	-	-	
Tx inicial	Tx atual:	Encargos (amortiz/per.)	Encargos (juro/per.)	Encargos (v. n. p./ano)	Dívida iní. período	Dívida fim período	Juros de mora	Anos Remanescentes	Sim	
0002,33	0000,00	35 429,47	114,24	0,00	141 913,50	106 484,03	0,00	03		
Pagamentos efetuados - Amortização Capital			Pagamentos efetuados - Juros			Pagamentos efetuados - Outros Encargos				
Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N		
459 198,50	35 429,47	0,00	107 872,02	114,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Montantes vencidos e não pagos			Amortizações médias de capital - Emp. contratados até 31/12/2013			Amortizações médias de capital - Emp. contratados após 01/01/2014				
até 31/12 - Capital	até 31/12 - Juros	até 31/12 - Outros Enc.				35 494,68				0,00
0,00	0,00	0,00								

Observações

Nº Contrato	Entidade Financiadora		Caracterização do empréstimo							
5292980830004	501214534	Banco BPI, S.A.	2 - Investimento (financiamento projectos não participados por fundos comunitários)							
Dt. Aprov. AM.	Dt. Contr. Emp.	Tipo de empréstimo	Prazo contrato	Anos decorridos	Visto TC - Núm. de registo	Visto TC - Data	Capital - Contratado	Capital - Utilizado	Dt. primeira utilização	
2005-09-26	2005-11-18	Médio/Longo prazo	242	017	2928	2006-02-17	170 284,00	170 284,00	0000-00-00	
Finalidade do Empréstimo - Fim						FE - Isento lim. end.	FE - Isento legislação	Dt. despacho isenção	Prazo empr. conta a partir da prim. utilização?	
Renovação Urbana de Planos de Pormenor - Sargaçal - 5292980830004						Não Isento	-	-	-	
Tx inicial	Tx atual:	Encargos (amortiz/per.)	Encargos (juro/per.)	Encargos (v. n. p./ano)	Dívida iní. período	Dívida fim período	Juros de mora	Anos Remanescentes	Não	
0002,58	0000,00	9 977,48	0,00	0,00	44 898,59	34 921,11	0,00	04		
Pagamentos efetuados - Amortização Capital			Pagamentos efetuados - Juros			Pagamentos efetuados - Outros Encargos				
Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N		
125 385,41	9 977,48	0,00	31 472,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Montantes vencidos e não pagos			Amortizações médias de capital - Emp. contratados até 31/12/2013			Amortizações médias de capital - Emp. contratados após 01/01/2014				
até 31/12 - Capital	até 31/12 - Juros	até 31/12 - Outros Enc.				8 730,28				0,00
0,00	0,00	0,00								

Observações

Empréstimos (Tribunal de Contas)

Ano: 2022

Município de Lagos

Período: Prestação de Contas

(designação da autarquia local)

Nº Contrato	Entidade Financiadora		Caracterização do empréstimo							
5292980830001	501214534	Banco BPI, S.A.	1 - Investimento (financiamento projectos comparticipados por fundos comunitários)							
Dt. Aprov. AM.	Dt. Contr. Emp.	Tipo de empréstimo	Prazo contrato	Anos decorridos	Visto TC - Núm. de registo	Visto TC - Data	Capital - Contratado	Capital - Utilizado	Dt. primeira utilização	
2004-06-28	2004-08-13	Médio/Longo prazo	240	018	1899	2004-09-08	549 936,00	549 936,00	2004-12-15	
Finalidade do Empréstimo - Fim						FE - Isento lim. end.	FE - Isento legislação	Dt. despacho isenção	Prazo empr. conta a partir da prim. utilização?	
Contrato de empréstimo para execução de Estádio Municipal e Pista de Atletismo - 5292980830001						Não Isento	-	-		
Tx inicial	Tx atual:	Encargos (amortiz/per.)	Encargos (juro/per.)	Encargos (v. n. p./ano)	Dívida iní. período	Dívida fim período	Juros de mora	Anos Remanescentes	Sim	
0002,54	0000,24	33 454,74	194,07	0,00	100 596,56	67 141,82	0,00	02		
Pagamentos efetuados - Amortização Capital			Pagamentos efetuados - Juros			Pagamentos efetuados - Outros Encargos				
Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N		
449 339,44	33 454,74	0,00	3 288,71	194,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Montantes vencidos e não pagos			Amortizações médias de capital - Emp. contratados até 31/12/2013			Amortizações médias de capital - Emp. contratados após 01/01/2014				
até 31/12 - Capital	até 31/12 - Juros	até 31/12 - Outros Enc.								
0,00	0,00	0,00				33 570,91				

Observações

Nº Contrato	Entidade Financiadora		Caracterização do empréstimo							
5292980830002	501214534	Banco BPI, S.A.	7 - Outros							
Dt. Aprov. AM.	Dt. Contr. Emp.	Tipo de empréstimo	Prazo contrato	Anos decorridos	Visto TC - Núm. de registo	Visto TC - Data	Capital - Contratado	Capital - Utilizado	Dt. primeira utilização	
2003-07-07	2003-09-08	Médio/Longo prazo	241	019	2233	2003-10-23	507 726,00	507 726,00	2003-11-13	
Finalidade do Empréstimo - Fim						FE - Isento lim. end.	FE - Isento legislação	Dt. despacho isenção	Prazo empr. conta a partir da prim. utilização?	
Contrato de empréstimo para construção do Mercado da Avenida - 5292980830002						Não Isento	-	-		
Tx inicial	Tx atual:	Encargos (amortiz/per.)	Encargos (juro/per.)	Encargos (v. n. p./ano)	Dívida iní. período	Dívida fim período	Juros de mora	Anos Remanescentes	Sim	
0002,54	0000,56	33 451,79	181,67	0,00	67 014,89	33 563,10	0,00	01		
Pagamentos efetuados - Amortização Capital			Pagamentos efetuados - Juros			Pagamentos efetuados - Outros Encargos				
Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N		
440 711,11	33 451,79	0,00	1 466,28	181,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Montantes vencidos e não pagos			Amortizações médias de capital - Emp. contratados até 31/12/2013			Amortizações médias de capital - Emp. contratados após 01/01/2014				
até 31/12 - Capital	até 31/12 - Juros	até 31/12 - Outros Enc.								
0,00	0,00	0,00				33 563,10				

Observações

Empréstimos (Tribunal de Contas)

Ano: 2022

Município de Lagos

Período: Prestação de Contas

(designação da autarquia local)

Nº Contrato			Entidade Financiadora			Caracterização do empréstimo				
5292980830006			501214534 Banco BPI, S.A.			7 - Outros				
Dt. Aprov. AM.	Dt. Contr. Emp.	Tipo de empréstimo	Prazo contrato	Anos decorridos	Visto TC - Núm. de registo	Visto TC - Data	Capital - Contratado	Capital - Utilizado	Dt. primeira utilização	
2006-12-13	2006-12-22	Médio/Longo prazo	242	016	0002	2007-02-22	950 276,00	950 276,00	2007-04-03	
Finalidade do Empréstimo - Fim						FE - Isento lim. end.	FE - Isento legislação	Dt. despacho isenção	Prazo empr. conta a partir da prim. utilização?	
Empréstimo para construção da EB1/JI Santa Maria e Renovação Urbana de Bensafrim - 5292980830006						Isento		-		
Tx inicial	Tx atual:	Encargos (amortiz/per.)	Encargos (juro/per.)	Encargos (v. n. p./ano)	Dívida iní. período	Dívida fim período	Juros de mora	Anos Remanescentes	Sim	
0003,90	0000,00	54 337,54	0,00	0,00	298 856,53	244 518,99	0,00	05		
Pagamentos efetuados - Amortização Capital			Pagamentos efetuados - Juros			Pagamentos efetuados - Outros Encargos				
Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N		
651 419,47	54 337,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Montantes vencidos e não pagos			Amortizações médias de capital - Emp. contratados até 31/12/2013			Amortizações médias de capital - Emp. contratados após 01/01/2014				
até 31/12 - Capital	até 31/12 - Juros	até 31/12 - Outros Enc.								
0,00	0,00	0,00				48 903,80 0,00				

Observações

Nº Contrato			Entidade Financiadora			Caracterização do empréstimo				
9015 004715991			500960046 Caixa Geral Depósitos, S.A.			1 - Investimento (financiamento projectos participados por fundos comunitários)				
Dt. Aprov. AM.	Dt. Contr. Emp.	Tipo de empréstimo	Prazo contrato	Anos decorridos	Visto TC - Núm. de registo	Visto TC - Data	Capital - Contratado	Capital - Utilizado	Dt. primeira utilização	
2006-01-02	2006-02-17	Médio/Longo prazo	241	016	0412	2006-03-23	1 900 550,00	1 841 735,00	2006-03-30	
Finalidade do Empréstimo - Fim						FE - Isento lim. end.	FE - Isento legislação	Dt. despacho isenção	Prazo empr. conta a partir da prim. utilização?	
Contrato de empréstimo para construção de Pavilhão e Piscinas - 9015 0047 15 9 91						Isento	15	-		
Tx inicial	Tx atual:	Encargos (amortiz/per.)	Encargos (juro/per.)	Encargos (v. n. p./ano)	Dívida iní. período	Dívida fim período	Juros de mora	Anos Remanescentes	Sim	
0002,77	0000,00	108 489,57	0,00	0,00	488 203,07	379 713,50	0,00	04		
Pagamentos efetuados - Amortização Capital			Pagamentos efetuados - Juros			Pagamentos efetuados - Outros Encargos				
Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N		
1 353 531,93	108 489,57	0,00	4 485,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Montantes vencidos e não pagos			Amortizações médias de capital - Emp. contratados até 31/12/2013			Amortizações médias de capital - Emp. contratados após 01/01/2014				
até 31/12 - Capital	até 31/12 - Juros	até 31/12 - Outros Enc.								
0,00	0,00	0,00				94 928,38 0,00				

Observações

Empréstimos (Tribunal de Contas)

Ano: 2022

Município de Lagos

Período: Prestação de Contas

(designação da autarquia local)

Nº Contrato	Entidade Financiadora			Caracterização do empréstimo							
56046850538	503437131	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Algarve, C.R.L.			2 - Investimento (financiamento projectos não participados por fundos comunitários)						
Dt. Aprov. AM.	Dt. Contr. Emp.	Tipo de empréstimo	Prazo contrato	Anos decorridos	Visto TC - Núm. de registo	Visto TC - Data	Capital - Contratado	Capital - Utilizado	Dt. primeira utilização		
2009-02-23	2009-05-19	Médio/Longo prazo	241	013	1020	2009-07-16	5 370 000,00	5 370 000,00	2009-08-19		
Finalidade do Empréstimo - Fim						FE - Isento lim. end.	FE - Isento legislação	Dt. despacho isenção	Prazo empr. conta a partir da prim. utilização?		
Contrato de empréstimo para aquisição de habitação social em Odiáxere e Espiche - 560 468 505 38						Isento		-	-		
Tx inicial	Tx atual:	Encargos (amortiz/per.)	Encargos (juro/per.)	Encargos (v. n. p./ano)	Dívida iní. período	Dívida fim período	Juros de mora	Anos Remanescentes	Sim		
0002,65	0000,27	322 920,46	2 352,35	0,00	2 591 835,37	2 268 914,91	0,00	07			
Pagamentos efetuados - Amortização Capital			Pagamentos efetuados - Juros			Pagamentos efetuados - Outros Encargos					
Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N			
2 778 164,63	322 920,46	0,00	88 896,74	2 352,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Montantes vencidos e não pagos			Amortizações médias de capital - Emp. contratados até 31/12/2013			Amortizações médias de capital - Emp. contratados após 01/01/2014					
até 31/12 - Capital	até 31/12 - Juros	até 31/12 - Outros Enc.									
0,00	0,00	0,00				324 130,70					

Observações

Nº Contrato	Entidade Financiadora			Caracterização do empréstimo							
931100182006	501460888	IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.			7 - Outros						
Dt. Aprov. AM.	Dt. Contr. Emp.	Tipo de empréstimo	Prazo contrato	Anos decorridos	Visto TC - Núm. de registo	Visto TC - Data	Capital - Contratado	Capital - Utilizado	Dt. primeira utilização		
1993-09-24	1993-12-22	Médio/Longo prazo	348	028		-	729 047,99	724 060,02	0000-00-00		
Finalidade do Empréstimo - Fim						FE - Isento lim. end.	FE - Isento legislação	Dt. despacho isenção	Prazo empr. conta a partir da prim. utilização?		
Contrato de empréstimo destinado a construções de fogos para arrendamento em Santo Amaro - 1993.11.0018.2.00.6						Isento	2	-	-		
Tx inicial	Tx atual:	Encargos (amortiz/per.)	Encargos (juro/per.)	Encargos (v. n. p./ano)	Dívida iní. período	Dívida fim período	Juros de mora	Anos Remanescentes	Não		
0012,00	0000,50	21 776,43	38,29	0,00	21 776,43	0,00	0,00	00			
Pagamentos efetuados - Amortização Capital			Pagamentos efetuados - Juros			Pagamentos efetuados - Outros Encargos					
Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N			
702 283,59	21 776,43	0,00	145 823,03	38,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Montantes vencidos e não pagos			Amortizações médias de capital - Emp. contratados até 31/12/2013			Amortizações médias de capital - Emp. contratados após 01/01/2014					
até 31/12 - Capital	até 31/12 - Juros	até 31/12 - Outros Enc.									
0,00	0,00	0,00				0,00					

Observações

Empréstimos (Tribunal de Contas)

Ano: 2022

Município de Lagos

Período: Prestação de Contas

(designação da autarquia local)

Nº Contrato	Entidade Financiadora			Caracterização do empréstimo						
30089 190 501	500844321	Banco Santander Totta, S.A.		1 - Investimento (financiamento projectos participados por fundos comunitários)						
Dt. Aprov. AM.	Dt. Contr. Emp.	Tipo de empréstimo	Prazo contrato	Anos decorridos	Visto TC - Núm. de registo	Visto TC - Data	Capital - Contratado	Capital - Utilizado	Dt. primeira utilização	
2001-09-24	2001-12-04	Médio/Longo prazo	242	020	14	2002-02-21	648 248,90	642 375,72	0000-00-00	
Finalidade do Empréstimo - Fim						FE - Isento lim. end.	FE - Isento legislação	Dt. despacho isenção	Prazo empr. conta a partir da prim. utilização?	
Contrato de empréstimo para execução da Via V2 - Luz - 30089 190 501						Isento	9.1	-	-	
Tx inicial	Tx atual:	Encargos (amortiz/per.)	Encargos (juro/per.)	Encargos (v. n. p./ano)	Dívida inf. período	Dívida fim período	Juros de mora	Anos Remanescentes	Não	
0001,00	0000,00	20 839,88	0,00	0,00	20 839,88	0,00	0,00	00		
Pagamentos efetuados - Amortização Capital			Pagamentos efetuados - Juros			Pagamentos efetuados - Outros Encargos				
Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N		
621 535,84	20 839,88	0,00	123,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Montantes vencidos e não pagos			Amortizações médias de capital - Emp. contratados até 31/12/2013			Amortizações médias de capital - Emp. contratados após 01/01/2014				
até 31/12 - Capital	até 31/12 - Juros	até 31/12 - Outros Enc.								
0,00	0,00	0,00				0,00				

Observações

Empréstimo com financiamento através da Medida 5 do PROA. Os valores de bonificação foram transferidos diretamente da CCDRA para a entidade bancária.

Nº Contrato	Entidade Financiadora			Caracterização do empréstimo						
30089 186 501	500844321	Banco Santander Totta, S.A.		1 - Investimento (financiamento projectos participados por fundos comunitários)						
Dt. Aprov. AM.	Dt. Contr. Emp.	Tipo de empréstimo	Prazo contrato	Anos decorridos	Visto TC - Núm. de registo	Visto TC - Data	Capital - Contratado	Capital - Utilizado	Dt. primeira utilização	
2001-09-24	2001-12-04	Médio/Longo prazo	242	020	14	2002-02-21	365 520,71	362 613,53	2002-02-28	
Finalidade do Empréstimo - Fim						FE - Isento lim. end.	FE - Isento legislação	Dt. despacho isenção	Prazo empr. conta a partir da prim. utilização?	
Contrato de empréstimo para Renovação Urbana - 30089 186 501						Isento	9.1	-	-	
Tx inicial	Tx atual:	Encargos (amortiz/per.)	Encargos (juro/per.)	Encargos (v. n. p./ano)	Dívida inf. período	Dívida fim período	Juros de mora	Anos Remanescentes	Sim	
0001,00	0000,00	10 315,63	0,00	0,00	10 315,63	0,00	0,00	00		
Pagamentos efetuados - Amortização Capital			Pagamentos efetuados - Juros			Pagamentos efetuados - Outros Encargos				
Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N		
352 297,90	10 315,63	0,00	1 509,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Montantes vencidos e não pagos			Amortizações médias de capital - Emp. contratados até 31/12/2013			Amortizações médias de capital - Emp. contratados após 01/01/2014				
até 31/12 - Capital	até 31/12 - Juros	até 31/12 - Outros Enc.								
0,00	0,00	0,00				0,00				

Observações

Empréstimo com financiamento através da Medida 5 do PROA. Os valores de bonificação foram transferidos diretamente da CCDRA para a entidade bancária.

Empréstimos (Tribunal de Contas)

Ano: 2022

Município de Lagos

Período: Prestação de Contas

(designação da autarquia local)

Nº Contrato	Entidade Financiadora			Caracterização do empréstimo						
30089 152 501	500844321	Banco Santander Totta, S.A.		1 - Investimento (financiamento projectos participados por fundos comunitários)						
Dt. Aprov. AM.	Dt. Contr. Emp.	Tipo de empréstimo	Prazo contrato	Anos decorridos	Visto TC - Núm. de registo	Visto TC - Data	Capital - Contratado	Capital - Utilizado	Dt. primeira utilização	
2001-09-24	2001-12-04	Médio/Longo prazo	242	020	14	2002-02-21	336 075,83	333 476,55	2002-02-28	
Finalidade do Empréstimo - Fim						FE - Isento lim. end.	FE - Isento legislação	Dt. despacho isenção	Prazo empr. conta a partir da prim. utilização?	
Contrato de empréstimo destinado a obras de execução da Via V5 - 30089 152 501						Isento	9.1	-	-	
Tx inicial	Tx atual:	Encargos (amortiz/per.)	Encargos (juro/per.)	Encargos (v. n. p./ano)	Dívida iní. período	Dívida fim período	Juros de mora	Anos Remanescentes	Sim	
0001,00	0000,00	9 223,10	0,00	0,00	9 223,10	0,00	0,00	00		
Pagamentos efetuados - Amortização Capital			Pagamentos efetuados - Juros			Pagamentos efetuados - Outros Encargos				
Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N		
324 253,45	9 223,10	0,00	54,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Montantes vencidos e não pagos			Amortizações médias de capital - Emp. contratados até 31/12/2013			Amortizações médias de capital - Emp. contratados após 01/01/2014				
até 31/12 - Capital	até 31/12 - Juros	até 31/12 - Outros Enc.				0,00				
0,00	0,00	0,00								

Observações

Empréstimo com financiamento através da Medida 5 do PROA. Os valores de bonificação foram transferidos diretamente pela CCDRA para a entidade bancária.

Nº Contrato	Entidade Financiadora			Caracterização do empréstimo						
30089 167 501	500844321	Banco Santander Totta, S.A.		1 - Investimento (financiamento projectos participados por fundos comunitários)						
Dt. Aprov. AM.	Dt. Contr. Emp.	Tipo de empréstimo	Prazo contrato	Anos decorridos	Visto TC - Núm. de registo	Visto TC - Data	Capital - Contratado	Capital - Utilizado	Dt. primeira utilização	
2001-09-24	2001-12-04	Médio/Longo prazo	242	020	08	2002-02-21	211 146,14	209 588,73	0000-00-00	
Finalidade do Empréstimo - Fim						FE - Isento lim. end.	FE - Isento legislação	Dt. despacho isenção	Prazo empr. conta a partir da prim. utilização?	
Contrato de empréstimo destinado a execução de infraestruturas no Porto de Mós - 30089 167 501						Isento	9.1	-	-	
Tx inicial	Tx atual:	Encargos (amortiz/per.)	Encargos (juro/per.)	Encargos (v. n. p./ano)	Dívida iní. período	Dívida fim período	Juros de mora	Anos Remanescentes	Não	
0001,00	0000,00	5 625,72	0,00	0,00	5 625,72	0,00	0,00	00		
Pagamentos efetuados - Amortização Capital			Pagamentos efetuados - Juros			Pagamentos efetuados - Outros Encargos				
Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N		
203 963,01	5 625,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Montantes vencidos e não pagos			Amortizações médias de capital - Emp. contratados até 31/12/2013			Amortizações médias de capital - Emp. contratados após 01/01/2014				
até 31/12 - Capital	até 31/12 - Juros	até 31/12 - Outros Enc.				0,00				
0,00	0,00	0,00								

Observações

Empréstimo com financiamento através da Medida 5 do PROA. Os valores de bonificação foram transferidos diretamente da CCDRA para a entidade bancária.

Empréstimos (Tribunal de Contas)

Ano: 2022

Município de Lagos

Período: Prestação de Contas

(designação da autarquia local)

Nº Contrato	Entidade Financiadora		Caracterização do empréstimo						
30 089 171 501	500844321	Banco Santander Totta, S.A.	1 - Investimento (financiamento projectos participados por fundos comunitários)						
Dt. Aprov. AM.	Dt. Contr. Emp.	Tipo de empréstimo	Prazo contrato	Anos decorridos	Visto TC - Núm. de registo	Visto TC - Data	Capital - Contratado	Capital - Utilizado	Dt. primeira utilização
2001-09-24	2001-12-04	Médio/Longo prazo	242	020	14	2002-02-21	95 993,66	70 679,50	0000-00-00
Finalidade do Empréstimo - Fim						FE - Isento lim. end.	FE - Isento legislação	Dt. despacho isenção	Prazo empr. conta a partir da prim. utilização?
Contrato de empréstimo destinado a obras de execução da E.M.537 - 30089 171 501						Isento	9.1	-	-
Tx inicial	Tx atual:	Encargos (amortiz/per.)	Encargos (juro/per.)	Encargos (v. n. p./ano)	Dívida inf. período	Dívida fim período	Juros de mora	Anos Remanescentes	Não
0001,00	0000,00	1 862,99	0,00	0,00	1 862,99	0,00	0,00	00	
Pagamentos efetuados - Amortização Capital			Pagamentos efetuados - Juros			Pagamentos efetuados - Outros Encargos			
Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N	
68 816,51	1 862,99	0,00	11,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Montantes vencidos e não pagos			Amortizações médias de capital - Emp. contratados até 31/12/2013			Amortizações médias de capital - Emp. contratados após 01/01/2014			
até 31/12 - Capital	até 31/12 - Juros	até 31/12 - Outros Enc.				0,00			
0,00	0,00	0,00							

Observações

Empréstimo com financiamento através da Medida 5 do PROA. Os valores de bonificação foram transferidos diretamente pela CCDRA para a entidade bancária.

Nº Contrato	Entidade Financiadora		Caracterização do empréstimo						
	500960046	Caixa Geral Depósitos, S.A.	7 - Outros						
Dt. Aprov. AM.	Dt. Contr. Emp.	Tipo de empréstimo	Prazo contrato	Anos decorridos	Visto TC - Núm. de registo	Visto TC - Data	Capital - Contratado	Capital - Utilizado	Dt. primeira utilização
2022-04-05	2022-03-18	Médio/Longo prazo	000	000		-	6 441 146,08	6 441 146,08	2022-03-18
Finalidade do Empréstimo - Fim						FE - Isento lim. end.	FE - Isento legislação	Dt. despacho isenção	Prazo empr. conta a partir da prim. utilização?
Empréstimo n.º 9015006395391						Não Isento		-	-
Tx inicial	Tx atual:	Encargos (amortiz/per.)	Encargos (juro/per.)	Encargos (v. n. p./ano)	Dívida inf. período	Dívida fim período	Juros de mora	Anos Remanescentes	Sim
0000,71	0000,71	334 245,48	36 042,59	0,00	6 441 146,08	6 106 900,60	0,00	00	
Pagamentos efetuados - Amortização Capital			Pagamentos efetuados - Juros			Pagamentos efetuados - Outros Encargos			
Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N	
0,00	334 245,48	0,00	0,00	36 042,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Montantes vencidos e não pagos			Amortizações médias de capital - Emp. contratados até 31/12/2013			Amortizações médias de capital - Emp. contratados após 01/01/2014			
até 31/12 - Capital	até 31/12 - Juros	até 31/12 - Outros Enc.				0,00			
0,00	0,00	0,00							

Observações

Empréstimo transferido para a município de Lagos no âmbito da liquidação da E.L. Estacionamentos de Lagos, S.A., operada em 20/10/2021

ASSUNTO: Lista de processos judiciais que podem implicar despesas para o Município

Data: 31/12/2022

A) Propostos contra a Câmara ou o Município de Lagos

N.º de Processo	Autor	Anteriores 2022	Novas 2022	31-12-2022	31-12-2022	Pedido	Situação
				Anula Provisão	Constitui Provisão		
752/11.2BELLE do TAF de Loulé	CESPA PORTUGAL, S.A.					Reconhecer-se o direito da Autora a não lhe ser aplicada a redução de 10% prevista no artigo 22º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12; em consequência, condenação do Município a pagar à Autora as quantias retidas a esse título, em várias facturas, relativas ao serviço de manutenção de espaços verdes urbanos, Lote 1 – zona nascente.	Proferida sentença que julgou a ação improcedente, a Autora recorreu, tendo sido apresentadas as contra-alegações e ordenada a subida do recurso ao tribunal superior.
72/14.0BELLE do TAF de Loulé	COLINA D'ATALAIA-Promoção Imobiliária, Lda					Condenar o ML a pagar à Autora a quantia de €35.784,04, acrescida de juros de mora à taxa legal, vencidos e vincendos, a contar de 28/02/2011, liquidados em €4.184,28 até 31/01/2014. Respeita à não restituição de caução no caso de ligação da rede de águas pluviais à rede pública, no Sítio da Atalaia.	Por registo de 02.07.2014, fui notificado de despacho sobre o objecto do litígio e o tema da prova, não nos tendo pronunciado, pois concordamos com a definição de ambos. Foi designado o dia 2 de Junho de 2015, às 10:30, para a audiência de julgamento. Julgo termos razão. Realizou-se a audiência de discussão e julgamento, no dia 2/6/2015. Aguarda-se a sentença. Proferida Sentença, que julgou a ação improcedente, a Autora interpôs recurso em 20/03/201 tendo o Município de Lagos contra alegado em 02/05/2019. Ordenada a subida de recurso.
659/14.3BELLE do TAF de Loulé	EMANUEL FRANCISCO VIEIRA RIBEIRO COELHO					Anulação do acto administrativo impugnado, condenando-se o Município a emitir certidão do deferimento do PIP apresentado pelo Autor em 19/11/2010 (prédio rústico em Almada. Esta ação foi proposta na sequência do processo anterior.	Por registo de 19 de Novembro, fui notificado da sentença, a qual julgou a ação improcedente, pelo que o pedido do Autor foi indeferido. Terá havido reclamação para a conferência, em Dezembro de 2014, mas ainda não fui notificado.
38/14.0BELLE do TAF de Loulé	ESTORES BANDARRA, LDª					Condenar o ML a pagar à Autora a quantia de €3.908,44 de alegados danos num veículo, que terão sido provocados por roçar em troncos de uma árvore, e pelo aluguer de outro veículo, quantia acrescida de juros de mora.	Foi determinada a junção aos presentes autos do processo proposto pela seguradora Lusitânia. Realizou-se a audiência de julgamento em 2 de dezembro de 2022.
126/12.8BELLE do TAF de Loulé	FRANCE PAULINE JANNINE GILENE MARIE DE SADELEER					Declaração de nulidade ou anulação dos actos administrativos impugnados: aprovação do licenciamento da operação de reparcelamento nº 1/2008, aprovação do respectivo 1º aditamento e admissão da comunicação prévia de construção do hotel.	Proferida sentença, a qual julgou a ação improcedente e absolveu o Município de todos os pedidos. As Autoras recorreram, tendo o Município apresentado contra alegação em 28/06/2019. A contra interessada (Palmares) contra alegou em 02/07/2019. Os autos subiram ao Tribunal Central Administrativo Sul. Foi-se notificado do parecer do Ministério Público junto deste Tribunal, que entende não merecer o recurso provimento.
724/10.4BELLE do TAF de Loulé	MARGARIDA DA CONCEIÇÃO SILVA QUERIDO GARCIA LOPES e irmã					Ser declarada nula e sem qualquer efeito a decisão da CML de indeferimento do pedido de emissão de licença administrativa de legalização de moradia, piscina e anexos e que ordenou a demolição das mesmas (Vale da Lama – Odiáxere); ser obrigada a CML a proferir a dita licença administrativa; ser a 2ª ré, CCDRA, obrigada a conformar-se com a sentença.	Realizada, em 10 de Dezembro de 2014, a diligência destinada a enunciar a matéria de facto que subsiste controvertida e a programar os actos de produção de prova que se mostrassem necessários para o apuramento da verdade. Os requerimentos probatórios foram entregues no Tribunal já em Janeiro de 2015. Julgo que será dada razão ao Município. Em 31.12.2019 não houve evolução do caso.
276/11.8BELLE	SITLAGOS – Sociedade de Construções e Investimentos Turísticos de Lagos, S.A.					Serem os Réus condenados: a) a reconhecer que o prédio sito na E.N. nº 120, S. João, freg. S. Sebastião (onde existiu uma fábrica de conservas) “pertence” à Autora; b) que a estrema da propriedade, a nascente, é feita pela vala e parede de pedra; a reconhecer a validade do alvará de loteamento nº 5/2008; c) a reconhecerem a validade do alvará de loteamento 5/2008; d) a reconhecer que o embargo das obras de urbanização causou prejuízos irreparáveis, no valor total de €664.862,01, acrescida da quantia mensal de €13.924,62.	Por registo de 17 de Outubro de 2014, fui notificado de despacho que, entre outras decisões, determinou a suspensão da instância durante a pendência do processo entretanto proposto pela Autora em Lagos, sobre a questão da propriedade (e posse) sobre a parcela de terreno em causa.

N.º de Processo	Autor	Anteriores 2022	Novas 2022	31-12-2022	31-12-2022	Pedido	Situação
				Anula Provisão	Constitui Provisão		
44/13.2BELLE	CHRISTOPHER MARTIN BRIEN					Declaração de invalidade da declaração de caducidade do alvará de loteamento (nº 12/91) emitida a 18.11.2006, sendo o mesmo anulável se não considerar declarar oficiosamente a sua nulidade.	Por despacho de que fui notificado por registo de 09/05/2014, foi ordenada a apensação a estes autos dos Procs. nºs 575/13.4BELLE e 708/13.0BELLE. Ver os processos seguintes. Por registo de 13-07-2015, fui notificado do despacho que considera desnecessária a inquirição de testemunhas, recusa a audiência pública destinada à discussão oral da matéria de facto e de direito e indefere o pedido do Autor para, neste momento processual, se fixar a matéria provada e não provada, tudo isto porque a Juíza considera ter todos os elementos para proferir sentença. Após notificação, a Autora apresentou alegações escritas (repetitivas), do que fui notificado por registo de 24-09-2015, não o tendo nós feito por não obrigatório, repetitivo e inútil. Não houve evolução. Não envolve a eventual condenação no pagamento de quantias monetárias.
575/13.4BELLE	CHRISTOPHER MARTIN BRIEN					Anulação ou declaração de nulidade do embargo da obra em causa nos restantes processos.	Ver 44/13.2BELLE, acima. Não envolve a eventual condenação no pagamento de quantias monetárias.
708/13.0BELLE	CHRISTOPHER MARTIN BRIEN					Anulação dos despachos de rejeição liminar das comunicações prévias respeitantes a vários processos, relativos à mesma obra em causa nos outros processos, anulação da decisão do Presidente da Câmara que confirma a validade dos referidos despachos, ou declarar a inexistência dos actos administrativos de rejeição liminar, e ser a CML condenada a proceder à admissão das mesmas comunicações prévias no registo informático.	Ver 44/13.2BELLE, acima. Não envolve a eventual condenação no pagamento de quantias monetárias.
163/19.1BELLE do TAF de Loulé	Lusitânia, Companhia de Seguros, SA					Condenar o ML a pagar à Autora a quantia de €7.275,26 quantia acrescida de juros de mora. Este processo foi apenso ao de Estores Bandarra,Lda.	Foi determinada a junção aos presentes autos do processo proposto pela seguradora Lusitânia. Designado o dia 20/04/2020 para audiência de discussão e julgamento.
810/15.4BELLE - U.O.1 do TAF de Loulé	António José Ramos	31 589,82				Ser declarada a nulidade do acto impugnado (anulação da licença de loteamento titulada pelo alvará n.º 7/94 e revogação da libertação que concedeu a referida licença na reunião de Câmara de 05/01/1989, por se tratar de um ato viciado por erro sobre os pressupostos de facto em virtude da falta de legitimidade do titular) ou, quando assim se não entenda, ser esse acto anulado; Ser o Município de Lagos condenado a restabelecer a situação que existiria caso o acto impugnado não tivesse sido praticado, devendo o processo de loteamento prosseguir os seus trâmites.	Notificado da sentença desfavorável em novembro 2022, interpus recurso em 6 de dezembro 2022.
155/19.0BELLE do TAF de Loulé	Monte Novo - Algarve, Propriedades e Loteamentos, Lda					Declaração de nulidade do despacho de 06/12/2018, que declarou a caducidade da licença administrativa para realização de obras de construção de edifício plurifamiliar, na Rua Mendonça Pessanha, n.º 25, Lagos.	A contestação do Município foi enviada em 01/ 04 /2019. O Ministério Público pronunciou-se no sentido da improcedência da acção. Deu-se a audiência previa em Novembro de 2021.
74/09.9BELLE d TAF de Loulé	PALMARES-Companhia de Empreendimentos Turísticos de Lagos, S.A.					Anulação do acto de indeferimento , condenando-se o Município de Lagos a deferir o pedido de redução da taxa pela realização, reforço e manutenção das infra-estruturas urbanísticas (Plano de Urbanização da Meia Praia), nos termos do artigo 139.º do RMUEL.	Por registo de 13 /02 /2015, fui notificado da decisão da Secção de Contencioso Tributário do TCA Sul, a qual, dando-nos razão quando reclamámos para a conferência, não conhece do objecto do recurso e ordena a baixa ao TAF de Loulé, para aí ser proferida decisão sobre o nosso requerimento, enquanto reclamação para a conferência. Por registo de 11 de Maio de 2015, fui notificado do acórdão da conferência de juizes no TAF de Loulé, o qual manteve a sentença reclamada (que julgara procedente o pedido da Autora). Interpus recurso em 09-06-2015, com as alegações. Por registo de 24-06-2015, fui notificado do despacho de admissão do recurso. Por registo de 30-09-2015, fui notificado da distribuição do nosso recurso no TCA Sul.

N.º de Processo	Autor	Anteriores 2022	Novas 2022	31-12-2022	31-12-2022	Pedido	Situação
				Anula Provisão	Constitui Provisão		
564/10.0BELLE do TAF de Loulé	Vale D'El-Rei - Actividades Imobiliárias Turísticas, S.A.					<p>Declaração de nulidade do acto de liquidação das taxas urbanísticas (Lagos Suite Hotel), declaração de nulidade do acto de liquidação das taxas de compensação relativas a cedências, declaração de nulidade do acto de liquidação da taxa para emissão de alvará, ou, caso assim se não entenda em qualquer destes pedidos, proceder à anulação dos referidos actos; condenar o Município à restituição das quantias que eventualmente venham a ser pagas, acrescidas de juros.</p>	<p>Por registo de 26/02/2015, fui notificado da sentença, a qual julgou procedente os pedidos de anulação da taxa municipal de urbanização (€ 329.629,02) e da taxa por emissão de alvará (€ 41.127,02) e improcedente o pedido de anulação da taxa de compensação (€ 231.342,26) .Quer a Autora quer o Município (este por requerimento entregue em 01/03/2015) interpuseram recurso, na parte em que decaíram, tendo ambos sido admitidos, do que fui notificado por registo de 20/03/2015.</p> <p>Fui notificado da entrega das alegações de recurso da Impugnante em 13 de Abril de 2015; entreguei as nossas em 14 de Abril de 2015; em 28 de Abril entreguei as nossas contra-alegações; em 4 de Maio de 2015 fui notificado da entrega das contra-alegações da Impugnante. Por registo de 14-05-2015, fui notificado da distribuição dos autos no TCA Sul. O Advogado da Massa Insolvente enviou-me um e-mail, em 29-07-2016, referindo uma reunião que terá havido na Câmara Municipal em 20 de Maio e pedindo que eu confirmasse um princípio de acordo a que se teria chegado, de modo a depois eu o contactar, para se requerer a suspensão da instância. Em 24-10-2016 recebi do MLagos um e-mail de resposta ao meu de 1 de Agosto, comunicando-me que os serviços envolvidos informaram não ser possível "confirmar os termos expressos no referido acordo, pelo que se sugere o agendamento de reunião para esclarecimento da situação". A sucessora da Autora tem insistido por um acordo, em determinados termos. Foi entregue requerimento para a habilitação da adquirente da Autora.</p>
564/17.0BELLE TAF de Loulé	Futurlagos,EM, SA - Em liquidação	56 495,50				Impugnação judicial em 2017 do Processo de inspeção tributária, no exercício da atividade de 2013.	Aguarda decisão do Tribunal.

88 085,32 0,00 0,00 0,00

Saldo da conta 293 a 31.12.2022

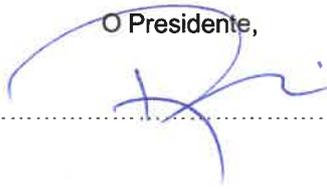
88 085,32

Relatório de Gestão Consolidado de 2022

ENCERRAMENTO

O presente Relatório de Gestão Consolidado de 2022 mais seus anexos, que antecedem, devidamente numerados, foram aprovados em Reunião de Câmara Municipal, realizada em 21 de junho de 2023.

O Presidente,

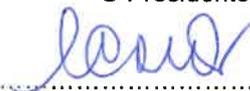


Aldeia Nova 17-16-1505

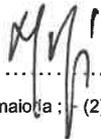
TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

O Relatório de Gestão Consolidado de 2022 mais seus anexos que antecedem mereceram aprovação por (1) MAIORIA....., da Assembleia Municipal em sua sessão (2) ORDINÁRIA..... do dia 26 de Junho de 2023. (1ª Reunião)

O Presidente,



O 1º. Secretário,



O 2º. Secretário,



(1) - Unanimidade, ou maioria ; (2) - Ordinária, ou extraordinária.

MAPAS DE CONSOLIDAÇÃO

Balço Consolidado 31 de dezembro de 2022		LEF	CML	Somatório	Ajustamentos	Exercício
RUBRICAS	NOTAS	31-12-2022	31-12-2022	31-12-2022		31-12-2022
ATIVO						
Ativo não corrente					-	
Ativos fixos tangíveis	5	1 072 492,12	233 752 383,03	234 824 875,15	-	234 824 875,15
Propriedades de investimento	8		6 269 963,31	6 269 963,31	-	6 269 963,31
Ativos intangíveis	3		464 689,82	464 689,82	-	464 689,82
Ativos biológicos					-	-
Participações financeiras	18/20		4 797 243,38	4 797 243,38	- 1 600 962,76	3 196 280,62
Devedores por empréstimos bonif. e subsídios reembolsáveis	22.2		164,92	164,92	-	164,92
Acionistas/sócios/associados				-	-	-
Diferimentos				-	-	-
Outros ativos financeiros		12 703,59		12 703,59	-	12 703,59
Ativos por impostos diferidos				-	-	-
Clientes, contribuintes e utentes				-	-	-
Outras contas a receber				-	-	-
		1 085 195,71	245 284 444,46	246 369 640,17	-	244 768 677,41
Ativo corrente					-	
Inventários	10	5 842,27	600 002,13	605 844,40	-	605 844,40
Ativos biológicos				-	-	-
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	22.2		3 282 856,77	3 282 856,77	-	3 282 856,77
Devedores por empréstimos bonif. e subsídios reembolsáveis				-	-	-
Clientes, contribuintes e utentes	22.3	185 673,56	882 303,38	1 067 976,94	- 172 195,43	895 781,51
Estado e outros entes públicos	22.6		189 278,53	189 278,53	-	189 278,53
Acionistas/sócios/associados				-	-	-
Outras contas a receber	22.8	43 483,92	16 263 602,12	16 307 086,04	- 39 295,12	16 267 790,92
Diferimentos	22.4	9 168,28	314 128,54	323 296,82	-	323 296,82
Ativos financeiros detidos para negociação				-	-	-
Outros ativos financeiros				-	-	-
Ativos não correntes detidos para venda				-	-	-
Caixa e depósitos	1.3	799 133,96	47 208 421,18	48 007 555,14	101 950,60	48 109 505,74
		1 043 301,99	68 740 592,65	69 783 894,64	-	69 674 354,69
Total Ativo		2 128 497,70	314 025 037,11	316 153 534,81	- 1 710 502,71	314 443 032,10
PATRIMÓNIO LÍQUIDO						
Património/Capital		50 000,00	138 441 811,85	138 491 811,85	- 50 000,00	138 441 811,85
Ações (quotas) próprias				-	-	-
Outros instrumentos de capital próprio				-	-	-
Prémios de emissão				-	-	-
Reservas		14 220,61	12 083 298,18	12 097 518,79	-	12 097 518,79
Resultados transitados		1 398 332,26	92 296 343,02	93 694 675,28	- 387 695,09	93 306 980,19
Ajustamentos em ativos financeiros			3 127 212,10	3 127 212,10	- 1 027 422,13	2 099 789,97
Excedentes de revalorização				-	-	-
Outras variações no Património Líquido		76 704,23	29 473 466,35	29 550 170,58	- 61 920,46	29 488 250,12
Resultado líquido do período	22.9	61 705,66	13 245 582,81	13 307 288,47	- 167 092,15	13 140 196,32
Dividendos antecipados				-	-	-
Interesses que não controlam				-	-	-
Total Património Líquido		1 600 962,76	288 667 714,31	290 268 677,07	- 1 694 129,83	288 574 547,24
Passivo não corrente					-	
Provisões	15		239 852,21	239 852,21	-	239 852,21
Financiamentos obtidos	7		8 233 801,75	8 233 801,75	-	8 233 801,75
Fornecedores de investimentos				-	-	-
Responsabilidades por benefícios pós-emprego				-	-	-
Diferimentos				-	-	-
Passivos por impostos diferidos				-	-	-
Fornecedores				-	-	-
Outras contas a pagar	22.7		5 600 399,49	5 600 399,49	-	5 600 399,49
			14 074 053,45	14 074 053,45	-	14 074 053,45
Passivo corrente					-	
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	22.2			-	-	-
Fornecedores	22.5	75 897,20	-	75 897,20	-	75 897,20
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	22.4		45 471,50	45 471,50	-	45 471,50
Estado e outros entes públicos	22.6	100 134,88	429 562,71	529 697,59	-	529 697,59
Acionistas/sócios/associados				-	-	-
Financiamentos obtidos	7		1 008 356,31	1 008 356,31	-	1 008 356,31
Fornecedores de investimentos				-	-	-
Outras contas a pagar	22.7	351 502,86	7 290 131,15	7 641 634,01	- 16 372,88	7 625 261,13
Diferimentos	22.4		2 509 747,68	2 509 747,68	-	2 509 747,68
Passivos financeiros detidos para negociação				-	-	-
Outros passivos financeiros				-	-	-
		527 534,94	11 283 269,35	11 810 804,29	- 16 372,88	11 794 431,41
Total Passivo		527 534,94	25 357 322,80	25 884 857,74	-	25 868 484,86
Total Património Líquido e Passivo		2 128 497,70	314 025 037,11	316 153 534,81	- 1 710 502,71	314 443 032,10

Demonstração de resultados consolidado por natureza do período findo em 31 de Dezembro de 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	LEF	CML	Somatório	Ajustamentos	Consolidado
		PERÍODO	PERÍODO	PERÍODO	PERÍODO	PERÍODO
		31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Impostos, contribuições e taxas	22.10		52 796 827,38	52 796 827,38		52 796 827,38
Vendas	22.11	2 298 662,88	3 348 693,62	5 647 356,50	-860 072,04	4 787 284,46
Prestações de serviços e concessões	22.11	118 691,16	5 915 312,74	6 034 003,90	-103 118,73	5 930 885,17
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	22.17		577 049,85	577 049,85	-61 705,66	515 344,19
Transferências e subsídios correntes obtidos	22.12		8 800 558,22	8 800 558,22		8 800 558,22
Variações nos inventários da produção				0,00		0,00
Trabalhos para a própria entidade				0,00		0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-3 389,74	-3 552 704,45	-3 556 094,19		-3 556 094,19
Fornecimentos e serviços externos	22.15	-900 219,30	-19 275 764,52	-20 175 983,82	766 904,97	-19 409 078,85
Gastos com pessoal	19	-1 190 978,61	-18 189 954,77	-19 380 933,38		-19 380 933,38
Transferências e subsídios concedidos	22.14		-6 428 441,45	-6 428 441,45	103 118,73	-6 325 322,72
Prestações sociais	22.14		-12 724,84	-12 724,84		-12 724,84
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9		-47 908,49	-47 908,49		-47 908,49
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9		210 791,03	210 791,03		210 791,03
Provisões (aumentos/reduções)	15		-151 766,89	-151 766,89		-151 766,89
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				0,00		0,00
Aumentos/reduções de justo valor				0,00		0,00
Outros rendimentos	22.13	25 457,83	3 274 731,21	3 300 189,04	-12 219,42	3 287 969,62
Outros gastos	22.16	-7 991,98	-6 511 475,54	-6 519 467,52		-6 519 467,52
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		340 232,24	20 753 223,10	21 093 455,34	-167 092,15	20 926 363,19
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5/8	-129 022,24	-7 121 372,08	-7 250 394,32		-7 250 394,32
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				0,00		0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		211 210,00	13 631 851,02	13 843 061,02	-167 092,15	13 675 968,87
Juros e rendimentos similares obtidos	22.18		0,00	0,00		0,00
Juros e gastos similares suportados	22.18		-386 268,21	-386 268,21		-386 268,21
Resultado antes de impostos		211 210,00	13 245 582,81	13 456 792,81	-167 092,15	13 289 700,66
Imposto sobre o rendimento		-149 504,34		-149 504,34	0,00	-149 504,34
Resultado líquido do período		61 705,66	13 245 582,81	13 307 288,47	-167 092,15	13 140 196,32
Resultado líquido do período atribuível a:						
Detentores do capital da entidade-mãe		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		61 705,66	13 245 582,81	13 307 288,47	-167 092,15	13 140 196,32

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado em 31 de Dezembro de 2022

Rubricas	Notas	LEF	CML	Somatório	Ajustamento	Períodos
		31-12-2022	31-12-2022	31-12-2022	31-12-2022	31-12-2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Recebimentos de clientes		2 641 643,77	10 197 935,43	12 839 579,20	- 676 690,06	12 162 889,14
Recebimentos de contribuintes			49 058 425,17	49 058 425,17		49 058 425,17
Recebimentos de transferências e subsídios correntes			8 818 253,24	8 818 253,24	- 103 118,73	8 715 134,51
Recebimentos de utentes			100 994,18	100 994,18		100 994,18
Pagamentos a fornecedores		- 1 066 007,79	- 22 709 424,10	- 23 775 431,89	778 640,66	- 22 996 791,23
Pagamentos ao pessoal		- 1 115 669,83	- 10 890 129,56	- 12 005 799,39		- 12 005 799,39
Pagamentos a contribuintes / Utes						
Pagamentos de transferências e subsídios			- 6 572 988,07	- 6 572 988,07	103 118,73	- 6 469 869,34
Pagamentos de prestações sociais						
Caixa gerada pelas operações		459 966,15	28 003 066,29	28 463 032,44	101 950,60	28 564 983,04
Recebimento do imposto sobre o rendimento		- 8 195,27		- 8 195,27		- 8 195,27
Pagamento do imposto sobre o rendimento						
Outros recebimentos		109 032,88	5 160 931,23	5 269 964,11	- 276 266,09	4 993 698,02
Outros pagamentos			- 19 692 559,12	- 19 692 559,12	276 266,09	- 19 416 293,03
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		560 803,76	13 471 438,40	14 032 242,16	101 950,60	14 134 192,76
Fluxos de caixa das atividades de investimento						
Pagamentos respeitantes a:						
Ativos fixos tangíveis		- 81 626,23	- 1 662 749,53	- 1 744 375,76		- 1 744 375,76
Ativos intangíveis			- 47 783,63	- 47 783,63		- 47 783,63
Propriedades de investimento						
Investimentos financeiros						
Outros ativos						
Recebimentos respeitantes a:						
Ativos fixos tangíveis			59 463,93	59 463,93		59 463,93
Ativos intangíveis						
Propriedades de investimento			78 774,89	78 774,89		78 774,89
Investimentos financeiros			22 822,24	22 822,24		
Outros ativos						
Subsídios ao investimento			2 961 998,04	2 961 998,04		2 961 998,04
Transferências de capital			380 009,01	380 009,01		380 009,01
Juros e rendimentos similares						
Dividendos			466 984,37	466 984,37		466 984,37
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		- 81 626,23	2 259 519,32	2 177 893,09	-	2 155 070,85
Fluxos de caixa das atividades de financiamento						
Recebimentos respeitantes a:						
Financiamentos obtidos						
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital						
Cobertura de prejuízos						
Doações						
Outras operações de financiamento						
Pagamentos respeitantes a:						
Financiamentos obtidos			- 1 001 950,28	- 1 001 950,28		- 1 001 950,28
Juros e gastos similares			- 39 111,22	- 39 111,22		- 39 111,22
Dividendos						
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital						
Outras operações de financiamento						
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-	- 1 041 061,50	- 1 041 061,50	-	- 1 041 061,50
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		479 177,53	14 689 896,22	15 169 073,75	101 950,60	15 271 024,35
Efeito das diferenças de câmbio						
Caixa e seus equivalentes no início do período		319 956,43	32 518 524,96	32 838 481,39		32 838 481,39
Caixa e seus equivalentes no fim do período		799 133,96	47 208 421,18	48 007 555,14	101 950,60	48 109 505,74

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado em 31 de Dezembro de 2022

Rubricas	Notas	LEF	CML	Somatório	Ajustamento	Períodos
		31-12-2022	31-12-2022	31-12-2022	31-12-2022	31-12-2022
CONSOLIDAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DE GERÊNCIA						
Caixa e seus equivalentes no fim do período		319 956,43	32 518 524,96	32 838 481,39		32 838 481,39
- Equivalentes a caixa no início do período			- 4 261 851,94	- 4 261 851,94		- 4 261 851,94
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			4 261 851,94	4 261 851,94		4 261 851,94
- Variações cambiais de caixa no início do período						
=saldo de gerência anterior		319 956,43	32 518 524,96	32 838 481,39		32 838 481,39
De execução orçamental			32 477 957,37	32 477 957,37		32 477 957,37
De operações de tesouraria			40 567,59	40 567,59		40 567,59
Caixa e seus equivalentes no fim do período		799 133,96	47 208 421,18	48 007 555,14		48 109 505,74
- Equivalentes a caixa no fim do período			- 6 020 554,48	- 6 020 554,48		- 6 020 554,48
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			6 020 554,48	6 020 554,48		6 020 554,48
- Variações cambiais de caixa no fim do período						
=saldo de gerência seguinte		799 133,96	47 208 421,18	48 007 555,14		48 109 505,74
De execução orçamental			47 141 934,65	47 141 934,65		47 141 934,65
De operações de tesouraria			66 486,53	66 486,53		66 486,53



António Fortunato & Leiria Duarte
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Lagos (“o Grupo”)**, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 314.443.032,10 euros e um total de património líquido de 288.574.547,24 euros, incluindo um resultado líquido de 13.140.196,32 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias reportadas na seção “Base para a Opinião com Reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Lagos em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

- 1- Os Ativos Fixos Tangíveis do Município de Lagos (Bens de domínio público e privado) têm sofrido diversas regularizações, ao longo dos anos. Apesar do extenso trabalho já desenvolvido, o processo de inventariação e de adaptação ao SNC-AP, ainda não se encontra concluído e a informação atualmente existente não constitui uma garantia da plenitude e da correta valorização desses ativos, constituindo uma limitação de âmbito. A IPSAS 33, por via do art.º 13º do Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro, prevê um período de transição após a adoção do referencial em SNC-AP de três anos, pelo que a implementação desta norma de contabilidade pública não foi atingida em 2022, que era o último ano para completar a transição.
- 2- Conforme divulgado na Nota 4 às Demonstrações Financeiras Consolidadas o município não obteve informação valorizada e detalhada relativa dos ativos da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão, pelo que não nos é possível aferir qual o impacto do respetivo registo na rubrica de diferimentos passivos e no ativo fixo tangível.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas



António Fortunato & Leiria Duarte
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de



António Fortunato & Leiria Duarte
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

- auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
 - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
 - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a Demonstração do consolidada do desempenho orçamental (que evidência um total de receita



António Fortunato & Leiria Duarte
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

cobrada de 109.709.531,26 euros e um total de despesa paga de 62.567.596,98 euros) e a Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

Sobre o relatório de gestão consolidado

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Montijo, 22 de junho de 2023

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'António Fortunato & Leiria Duarte', written over a horizontal line.

António Fortunato & Leiria Duarte, SROC, Lda.
Representada por António Manuel Corrêa de Sousa Fortunato - R.O.C. N.º 887